

SÉRIE ESTUDOS E DOCUMENTOS
Documento nº 7

Sensibilidade dos Produtores Agrícolas face ao Ambiente

Maria do Socorro Rosário

Julho 2003

Já publicados nesta Série

<i>Doc. n°</i>	<i>Título</i>	<i>Autor</i>
1	<i>"A Procura de Carne em Portugal"</i>	Cristina Santos
2	<i>"Diagnóstico do Complexo de Produção Agro-Alimentar – Sector do Leite e Lacticínios"</i>	Ana Filipe de Morais
3	<i>"Instrumentos de Política Agrícola e Formação do Preço no Produtor"</i>	Susana Barradas
4	<i>"A Fileira da Carne de Porco – Diagnóstico Sectorial"</i>	Luís Carlos Machado
5	<i>"Evolução do Comércio Externo Agro-Florestal"</i>	Susana Barradas
6	<i>"Estudo Comparativo de Variáveis Técnico-Económicas da Agricultura: Ano-base de 1997"</i>	Margarida R. Lopes Dias Jesus

GPPAA – Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar
Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas
R. Padre António Vieira, 1 °
1099-073 LISBOA
Telefone: 21 381 93 00
Fax: 21 387 45 00
e-mail: brancaribeiro@gppaa.min-agricultura.pt

ISBN: 972/8029-37-3
Depósito legal: 198620/03

“...E aprende que não importa o quanto você se importe,
Algumas pessoas simplesmente não se importam...”

William Shakespeare

Agradecimentos

À Eng.^a Maria Luísa de Barros e Sousa por todo o apoio manifestado;

À Dra. Fátima Cristina Costa pela colaboração na análise estatística;

Às Professoras Aida Valadas de Lima (ISCTE) e Teresa Pinto Correia (UE), pela leitura e sugestões dadas;

Aos Directores da DSEGI, Dr. Rui Ribeiro do Rosário e Eng.^a Teresa Belo Dias, pelo suporte do desenvolvimento do trabalho, assim como aos colegas pelos incentivos;

E finalmente às Direcções Regionais de Agricultura, muito em especial aos técnicos da RICA, que de uma forma relevante e empenhada participaram na recolha de dados.

ÍNDICE

Lista de Quadros	vii
Lista de Anexos	vii
Resumo	1
1. INTRODUÇÃO	3
2. METODOLOGIA APLICADA E TRATAMENTO ESTATÍSTICO	6
2.1- Painel de agricultores	6
2.2- Instrumento de notação	6
2.2.1- Conceção/ Formulação	6
2.2.2- Pré-teste	9
2.2.3- Estruturação do instrumento de notação	10
2.3- Implementação do trabalho de campo	10
2.4- Construção da base de dados	11
2.5- Registo de dados	11
3. APURAMENTO DE RESULTADOS E DISCUSSÃO	12
3.1- Principais características do Painel Ambiente	12
3.2- Comportamento do agricultor face ao ambiente	16
3.2.1- Observação do conhecimento do agricultor sobre o ambiente	16
3.2.1.1- A primeira palavra para definir o ambiente	18
3.2.2- Avaliação da valorização da agricultura e ambiente	20
3.2.2.1- O valor de herança	21
3.2.2.2- O valor da recompensa	24
3.2.2.3- O valor de penalização	27
3.2.2.4- O valor da indiferença	29
3.3- As Funções do ambiente	32
3.3.1- Gerador de amenidades: delimitação de zonas de lazer	32
3.3.1.1- A Primeira actividade de lazer	34
3.3.2- Assimilador de Resíduos: comprovação dos modos de tratamento	36
3.3.2.1- Modos de Tratamento dos Diversos Resíduos	37
3.3.2.1.1- Plásticos Flexíveis	37
3.3.2.1.2- Vidros	39
3.3.2.1.3- Embalagens	40
3.3.2.1.4- Arame	42
3.3.2.1.5- Atilhos/ Ráfias	44
3.3.2.1.6- Tijolos/ Material de construção	45
3.3.2.1.7- Outros Resíduos	47
3.3.3- Fornecedor de recursos: classificação dos modos de utilização	47
3.3.3.1- O modo de utilização do ambiente pelo agricultor	48
3.3.3.1.1- Área Agrícola	50
3.3.3.1.2- Área Agro-Pecuária	52
3.3.3.1.3- Áreas em Geral	54

3.4- Opinião sobre as medidas agro-ambientais	56
3.4.1- Vários significados das Medidas Agro-Ambientais	56
3.4.2- Adesão às Medidas Agro-Ambientais	59
3.5 - Níveis de sensibilidade	61
4- CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	62
BIBLIOGRAFIA	68
ANEXOS	69

Lista de Quadros

QUADRO 3.1.1- DISTRIBUIÇÃO DAS OBSERVAÇÕES DO “PAINEL AMBIENTE” POR REGIÃO AGRÁRIA	13
QUADRO 3.1.2- DISTRIBUIÇÃO DAS OBSERVAÇÕES DO “PAINEL AMBIENTE” POR DIMENSÃO ECONÓMICA	13
QUADRO 3.1.3- DISTRIBUIÇÃO DAS OBSERVAÇÕES DO “PAINEL AMBIENTE” POR ORIENTAÇÃO TÉCNICA	13
QUADRO 3.1.4- DISTRIBUIÇÃO DAS OBSERVAÇÕES DO “PAINEL AMBIENTE” POR NÍVEL DE RENDIBILIDADE	14
QUADRO 3.1.5- DISTRIBUIÇÃO DAS OBSERVAÇÕES DO “PAINEL AMBIENTE” POR GRUPO ETÁRIO	14
QUADRO 3.1.6- DISTRIBUIÇÃO DAS OBSERVAÇÕES DO “PAINEL AMBIENTE” POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO	14
QUADRO 3.1.7- DISTRIBUIÇÃO DAS OBSERVAÇÕES DO “PAINEL AMBIENTE” POR FONTES DE INFORMAÇÃO	15
QUADRO 3.2.1.1.1- PRIMEIRA PALAVRA PARA O AMBIENTE	19
QUADRO 3.2.2.1.1- VALORES DE HERANÇA ESPONTÂNEA E COMPENSADA	22
QUADRO 3.2.2.2.1- VALOR DE RECOMPENSA POR REGIÃO AGRÁRIA E GRUPO ETÁRIO	25
QUADRO 3.2.2.2.2- VALOR DE RECOMPENSA POR DIMENSÃO ECONÓMICA E ORIENTAÇÃO TÉCNICA	26
QUADRO 3.2.2.3.1- VALOR DE PENALIZAÇÃO	28
QUADRO 3.2.2.4.1- VALOR DE INDIFERENÇA	30
QUADRO 3.3.1.1.1- PRIMEIRA ACTIVIDADE DE LAZER	35
QUADRO 3.3.2.1.1- PLÁSTICOS FLEXÍVEIS	38
QUADRO 3.3.2.1.2.1- VIDROS	40
QUADRO 3.3.2.1.3.1- EMBALAGENS	41
QUADRO 3.3.2.1.4.1- ARAME	43
QUADRO 3.3.2.1.5.1- ATILHOS/RÁFIAS	45
QUADRO 3.3.2.1.6.1- TIJOLOS/MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	46
QUADRO 3.3.3.1.1.1- NÍVEIS DE COMPORTAMENTO NA UTILIZAÇÃO POR ÁREA AGRÍCOLA	51
QUADRO 3.3.3.1.2.1- NÍVEIS DE COMPORTAMENTO NA UTILIZAÇÃO NA ÁREA AGRO-PECUÁRIA	53
QUADRO 3.3.3.1.3.1- NÍVEIS DE COMPORTAMENTO NA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NAS ÁREAS EM GERAL	54
QUADRO 3.4.1.1- SIGNIFICADOS DAS MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS	58
QUADRO 3.4.2.1- MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS– ADERENTES E CANDIDATOS	60

Lista de Anexos

ANEXO 1- INQUÉRITO 1	69
ANEXO 2 - INQUÉRITO 2	70
ANEXO 3- PRIMEIRA PALAVRA PARA O AMBIENTE	71
ANEXO 4- VALOR DE HERANÇA POR NÍVEL DE RENDIBILIDADE	71
ANEXO 5- VALOR DE RECOMPENSA POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO	71
ANEXO 6- VALOR DE PENALIZAÇÃO	72
ANEXO 7- VALOR DE PENALIZAÇÃO	72
ANEXO -8 PRIMEIRA ACTIVIDADE DE LAZER	73
ANEXO 9- PLÁSTICOS FLEXÍVEIS	73
ANEXO 10 - VIDROS POR GRUPO ETÁRIO	73
ANEXO 11- EMBALAGENS	74
ANEXO 12- ARAME POR GRUPO ETÁRIO	74
ANEXO 13- ATILHOS/RÁFIAS	74
ANEXO 14- TIJOLOS/MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	75
ANEXO 15- NÍVEIS DE COMPORTAMENTO NA UTILIZAÇÃO AGRÍCOLA POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO	75
ANEXO 16- NÍVEIS DE COMPORTAMENTO NA UTILIZAÇÃO AGRO-PECUÁRIA POR CLASSE	75
ANEXO 17- NÍVEIS DE COMPORTAMENTO NA UTILIZAÇÃO EM GERAL	76

Resumo

O ambiente, o território, a paisagem e a agricultura encontram-se desde sempre ligados pelo homem que utiliza a agricultura de diversas formas para ocupar o território, determinar a paisagem e integrar-se no ambiente.

Com este trabalho pretendeu-se avaliar qual a sensibilidade do produtor agrícola relativamente ao ambiente. Concretamente, pretendeu-se avaliar o conhecimento sobre o que é o ambiente e os diversos tipos de valorização que dele fazem. Em segundo lugar procurou-se conhecer o seu interesse relativamente às funções ambientais, seja no que se refere à delimitação de zonas de lazer, às principais soluções utilizadas relativamente a alguns tipos de resíduo e à utilização de recursos. Pretendeu-se auscultar a sua opinião sobre as Medidas Agro-Ambientais, ordenando os seus vários significados e quantificando o grau de adesão a estas medidas.

A informação trabalhada teve origem numa sub-amostra da Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas – que se designou por “Painel Ambiente” - que comportou 1105 empresários agrícolas.

A primeira grande conclusão é que o nível de sensibilidade dos agricultores face ao ambiente é médio baixo, numa escala com quatro níveis. Genericamente, os agricultores inquiridos denotam uma atitude biocêntrica do ambiente.

Pela avaliação que faz de determinados casos concretos, percebe-se que há uma posição bem marcada e sintonizada da maior parte dos agricultores para determinados valores que, pelo seus teores, denotam uma tendência pouco agressiva para com o ambiente.

As amenidades são de um modo geral pouco procuradas pelos inquiridos e, no entender dos próprios, os recursos são correcta e convenientemente utilizados e tratados. A utilização de lixeiras constitui a solução mais frequentemente adoptada para a generalidade de resíduos.

A visão dos empresários agrícolas inquiridos relativamente às Medidas Agro-Ambientais é predominantemente marcada pela obtenção de subsídio à agricultura. A vontade de adesão às medidas foi, apenas, de 6% do painel. Contudo, 60% do grupo não pretende aderir às medidas em causa.

Palavras-chave: Ambiente, Agricultura, Recursos físicos, Resíduos agrícolas, Amenidades, Agro-ambientais.

Abstract

Environment, territory, landscape and agriculture have always been combined by man, who uses agriculture in different ways to occupy the territory, determine the landscape and blend in the environment.

This work aims at assessing the sensibility of farmers regarding the environment. It was specifically meant to evaluate knowledge about the environment and the different ways in which farmers value it. It also aims at perceiving their interest regarding environmental functions, both regarding the designation of leisure areas, the main solutions used for certain types of waste and the use of resources. It aims at heeding the farmers' opinion on Agro-Environmental Measures, classifying their different meanings and quantifying the degree of acceptance of these measures.

The information processed came from a sub-sample of the Farm Accountancy Data Network called "Environment Panel", which included 1 105 farm holders.

The first major conclusion is that the level of sensibility of farmers regarding the environment is medium-low, on a four-grade scale. Overall, the farmers surveyed reveal a biocentric attitude towards the environment.

The evaluation made of certain concrete cases leads to the conclusion that there is a well-marked and harmonised position on the part of most farmers as regards certain values, which indicate a not very aggressive inclination towards the environment.

Amenities in general are not in high demand by the farmers surveyed and, to their understanding, resources are adequately used and treated. The use of waste dumping sites is the solution most frequently adopted for most residues.

The views of the farmers surveyed about Agro-environmental Measures are predominantly marked by their need to obtain aids to farming. The will to resort to these measures covered only 6% of the panel. However, 60% of the group does not intend to use them.

Keywords: Environment, Agriculture, Physical resources, Agricultural waste, Amenities, Agro-environmental measures.

1. Introdução

O ambiente, o território, a paisagem e a agricultura encontram-se desde sempre ligados pelo homem que utiliza a agricultura de diversas formas determinando a paisagem, ocupando o território, integrando-se no ambiente. Esse ambiente¹, que fornece recursos, assimila resíduos e disponibiliza amenidades² pode ser alterado pelo mesmo homem na forma como o utiliza, melhorando-o, prejudicando-o ou conservando-o, conforme as técnicas adoptadas.

A agricultura é uma actividade que além de beneficiar pode também prejudicar o ambiente, se não for assente em regras de boas práticas agrícolas, com uma utilização sustentável de recursos. Mas qual é a sensibilidade do agricultor perante o ambiente? O que sabe ele sobre as novas abordagens e conceitos ambientais? Qual o seu interesse nas alterações técnico-culturais, e qual o seu contributo para a paisagem e para o território? A Política Agrícola Comum originou alterações nos seus hábitos de trabalho? Qual a sua adesão à necessidade de diminuir os efeitos nocivos da agricultura com as medidas agro-ambientais? E qual é o comportamento dos produtores após a celebração do contrato com a administração?

Com este trabalho pretende-se avaliar qual a sensibilidade do produtor agrícola relativamente às questões que se prendem com o ambiente, e para tal, estabeleceram-se os seguintes objectivos:

1-Conhecer o seu comportamento face ao ambiente:

- a)Observação do seu conhecimento sobre o que é o ambiente
- b)Avaliação dos diversos tipos de valorização referentes ao binómio agricultura/ambiente

2-Validar o seu interesse nas funções ambientais:

- a)Delimitação de zonas de lazer
- b)Comprovação dos modos de tratamentos de resíduos
- c)Classificação dos modos de utilização de recursos

¹ Segundo PEARCE, D. & TURNER, R. KENNY- Economia de los Recursos Naturales y del Meio Ambiente- Celeste Ediciones- Madrid, 1995.

² Por amenidades entendem-se as coisas, circunstâncias, envolvências que tornam a vida fácil ou agradável (amenity).

3-Auscultar a sua opinião sobre as Medidas Agro-Ambientais:

a) Ordenação dos seus vários significados

b) Adesão às medidas agro-ambientais

Para alcançar estes objectivos, foi organizado um inquérito directo a empresários agrícolas da Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas. Esta Rede foi formada nos anos 80 e produz anualmente cerca de 2500 contabilidades agrícolas. A sua existência e organização está conforme o Reg. N° 79/65 do Conselho e Reg. N° 2143/81 da CEE e assenta sobre a tipologia comunitária que foi estabelecida pela decisão da Comissão n° 85/377/CEE de 7 de Junho de 1985.

O inquérito foi estruturado de forma a procurar a saber qual o grupo de palavras que o agricultor encontra para retratar o ambiente, nas suas vertentes: fornecedor de recursos físicos, de assimilador de resíduos por ele produzidos e disponibilizador das amenidades de que o agricultor pode desfrutar. Esta informação foi complementada com a opinião do agricultor sobre o modo como ele valoriza o ambiente, quer para ele próprio, quer para os outros produtores.

Em seguida, procurou-se conhecer a relação que o agricultor tem com as três funções do ambiente atrás referidas. Pretendeu-se delimitar as zonas de lazer dos agricultores, intervenientes privilegiados dos sistemas de produção, de molde a perceber se as amenidades existentes são realmente utilizadas ou não pelos empresários agrícolas.

O despertar para as amenidades, para o lazer, para a ocupação dos tempos livres e outras ocupações de efeitos sensoriais, depende do nível cultural e do desenvolvimento de cada interveniente no processo. Cada vez mais o “campo” é procurado pelos cidadãos devido à atracção das amenidades/paisagens rurais, sentida pelos urbanos.

Mas, e o agricultor? Como se comporta ele? Qual é o seu posicionamento relativamente às amenidades que, afinal, estão em contacto directo com ele diariamente?

Foi também intenção analisar quais os destinos dados pelo empresário agrícola aos resíduos produzidos, pois a intensificação da agricultura desencadeou uma série de rupturas nos compassos do processo natural de assimilação de resíduos tornando, assim, importante conhecer os principais destinos aos quais são.³

³ A questão dos fertilizantes foi auscultada mas vai merecer um trabalho em separado.

Sendo uma das funções do ambiente a assimilação de resíduos, feita em função do tempo, das características do resíduo e da quantidade a degradar, numa situação dita normal tudo segue o seu ritmo: o produtor de resíduos produz numa quantidade que o ambiente degrada naturalmente e assimila as componentes químicas decompostas. No entanto, se a quantidade produzida aumenta, se o ritmo acelera, então o débito de material residual para o ambiente também se altera. A cadeia de degradação pode entrar em rotura. A capacidade transformadora do ambiente fica deficitária.

Por outro lado, é necessário clarificar como os empresários agrícolas utilizam os diversos recursos fornecidos pelo ambiente no decorrer da actividade que desenvolvem.

O aumento de consumo de fertilizantes e pesticidas foi incrementado e ao mesmo tempo incentivado. O retorno dessa tendência foi um aumento da produção, sem os devidos cuidados conforme as boas práticas agrícolas⁴, na quase generalidade dos casos, com o correspondente suporte governamental, através da Política Agrícola Comum. O uso de recursos na agricultura foi sendo adaptado conforme as políticas e o entendimento de cada agricultor no seu processo produtivo.

Por último, pretendeu-se auscultar qual a ideia que o agricultor tem das medidas agro-ambientais⁵, sendo ele um candidato real ou potencial dessas medidas e qual a intenção de as adoptar. Com a reforma da PAC em 1992 desenvolveram-se as primeiras medidas de fomento de extensificação, tendo em vista diminuir a produção excedentária e, como consequência, melhoria ou menor desgaste do ambiente, através de um conjunto de orientações e instrumentos entre os quais as medidas agro-ambientais - um contrato voluntário celebrado entre o agricultor e o Estado/Administração, onde se dão contrapartidas em troca da utilização das boas práticas agrícolas, concorrendo assim para atingir os objectivos das medidas agro-ambientais.

⁴ Segundo MARDP- **Manual Básico de Práticas Agrícolas** - Conservação do Solo e da Água- Ed. INGA, Lisboa, 2000

⁵ DGDR- **Medidas Agro-Ambientais- Novo Programa de Aplicação Em Portugal Continente- Épocas 1998 e 1999** -Ed. DGDRural- Lisboa, 1998.

2. Metodologia aplicada e tratamento estatístico

2.1- Painel de agricultores

Pelo tema a desenvolver, o mais indicado seria fazer-se uma sondagem de opinião por inquérito pessoal. No entanto, faltava decidir que tipo de amostra recolher ao mínimo custo. Uma amostra aleatória comportaria encargos que não só não estavam programados nem orçamentados, como nem sequer estavam inseridos no objectivo deste trabalho.

Entendeu-se utilizar uma amostra dirigida por conveniência e ainda mais, fazê-la coincidir com a sub-amostra da RICA, constituída pelo grupo de produtores que têm um contacto directo com os técnicos das Direcções Regionais de Agricultura (DRA).

O grupo escolhido para inquirição, proveniente de todas as regiões agrárias existentes em Portugal, constituiu, portanto, pelas razões já apontadas, uma sub-amostra RICA⁶, que designaremos por Painel Ambiente.

2.2- Instrumento de notação

2.2.1- Concepção/ Formulação

A primeira necessidade era saber o que significava ambiente para o produtor, como podia ele definir o ambiente. Estava fora de questão ser uma resposta descritiva, devido a este ser um conceito relativamente novo, com várias correntes teóricas, donde se resolveu contornar a situação com quatro palavras chave, para definir o que considera ser o ambiente, uma questão em aberto e espontânea.

De seguida, a pesquisa recaiu sobre o identificação da perspectiva ou forma como o agricultor valoriza o ambiente. Mas para poder dar valor é preciso reconhecer a ideia, o conceito em causa, que para alguns é completamente abstracta, para outros um

⁶ No âmbito do sistema de informação RICA, o plano de amostragem realizado assegura a representatividade dos campos de observação dos inquéritos à estrutura das explorações agrícolas, no âmbito do Sistema Estatístico Nacional, nas diversas localizações, orientações técnico-económicas e dimensões económicas. A informação trabalhada tem origem num painel de 1105 produtores, representando 0.0057% do campo de observação.

pouco opaca, translúcida ou até líquida! Deste modo foram organizadas oito frases, que continham posições bastante fechadas e que o agricultor tinha que escolher conforme a sua concordância.

Após a percepção da definição e do valor que o empresário agrícola atribuiu ao ambiente, ou o que ele percebeu pelo seu contacto diário, encaminhou-se o inquérito para as funções do ambiente.

Para a primeira função do ambiente, era importante saber o que o agricultor fazia nos seus tempos livres, de lazer, porque as amenidades são desfrutadas nos tempos livres e dependem normalmente da cultura, do contacto e também da escassez desse bem. Com as ocupações dos tempos livres obtinha-se um grau de utilidade das amenidades como também das suas actividades lúdicas reais. Para isso pensou-se em questionar quais as cinco actividades de lazer que o agricultor usufrui e posiciona-las por ordem decrescente.

Para a segunda função do ambiente, de assimilação de resíduos, separou-se e pensou-se apenas nos resíduos sólidos, como já foi referido. Sobre os resíduos sólidos, criou-se uma tabela com diversos tipos de produtos residuais e a inquirição recaiu sobre os tratamentos que o agricultor fazia perante determinados resíduos: enumeraram-se seis tipos de produtos e seis formas de tratamentos mais correntes, sendo a pergunta com as opções dirigidas e com escolha múltipla, porque um mesmo produto podia ter várias formas de tratamento, conforme a ocasião. Por outro lado, nem todos os tratamentos citados eram os mais adequados para alguns resíduos donde se podia observar uma má ou boa condução do tratamento feito.

A terceira e última função do ambiente, é a de fornecer recursos, recursos esses que todos os dias eram procurados, trabalhados, transformados pelo agricultor na sua actividade profissional. A esses recursos, o agricultor incorporou outros, de síntese para melhorar o seu desempenho e produtividade. Por outro lado, a concorrência e a intensificação fizeram esquecer alguns conceitos emanados do saber tradicional e das boas práticas agrícolas, e ao se adoptar formas de produção mais intensivas, acabou por alterar e prejudicar o meio ambiente. Como avaliar a utilização dos recursos feita pelos agricultores de uma maneira simples e que eles próprios assumam? Como as medidas agro-ambientais já estavam a ser implementadas e tinham objectivos concretos que deviam ser acompanhados para melhorar ou manter o ambiente num nível considerado satisfatório, pesquisaram-se esses objectivos, agregando-se uns e retirando-se outros, criando onze frases e acrescentando posteriormente uma, que foi considerada importante: que cuidados tinham com as águas de lavagem ou de rega. Essas afirmações

ou frases tinham que ser escolhidas com as opções de serem bem, mal ou razoavelmente feitas pelo empresário agrícola. O agricultor, desta forma, auto-avaliava-se na maneira como tratava os recursos ambientais. A escala de três níveis foi pensada para não haver grandes dispersões, e para se assumir os modos de utilização por parte do agricultor.

Mas para qualquer início de conversa, foi preciso ir de uma maneira simples, prática e concreta, para poder dar ao interveniente a explicação/explanação do trabalho em que ele era a figura principal, e ter o tempo necessário para se enquadrar no âmbito da conversa, sem qualquer melindre.

Para começar o questionário por inquérito, optou-se por saber qual a opinião sobre as Medidas Agro-Ambientais (MAA), se as conhecia e como as considerava. Desta forma, dá-se a inserção no trabalho: agricultura e ambiente, o seu campo profissional inserido numa “atmosfera” ambiental. Mais detalhadamente, a pergunta era saber se tinha ouvido falar nas MAA, para poder emitir algumas opiniões. Se sim, então era sugerido um leque de cinco frases, que se estruturaram, criando uma pergunta fechada com a hipótese de escolha múltipla, para dar um significado às MAA. Essas frases têm a intenção de demarcar quem acha que as MAA são pura e simplesmente um subsídio sem qualquer contrapartida, ou opostamente, um contrato com duplo envolvimento. Entre estas duas posições situam-se casos mais complementares como uma medida para melhorar o ambiente e/ou dar rendimento ao agricultor ou então deixar de trabalhar na agricultura, situações que são comentadas com alguma frequência nos contactos pessoais com os agricultores.

No seguimento desta questão, tentou-se averiguar se o entrevistado fez alguma candidatura ou se pretende efectuar, para se poder quantificar a apetência por essas MAA. Com estes dados lançados, seguem-se as outras questões.

Com esta ordem de ideias, desenharam-se os primeiros esboços do inquérito, ouviram-se opiniões e deram-se novas achegas.

Com o grande objectivo do trabalho já definido anteriormente, como verificar qual o nível de sensibilidade do Empresário Agrícola face ao ambiente, houve então que organizar todo o questionário seguindo essas vertentes. (Anexo 1-Inquérito 1)

Com este Inquérito 1 realizaram-se pré-testes junto dos agricultores que levaram à elaboração do Inquérito 2 (Anexo 2).

2.2.2- Pré-teste

A região escolhida para se realizar o pré-teste do questionário-base foi a região de Ribatejo e Oeste, mais precisamente as zonas agrárias de Almeirim, Alpiarça, Chamusca e Golegã, entre 14 e 18 de Fevereiro de 2000, onde a diversidade de actividades e sistemas de produção imperavam e as explorações agrícolas se encontravam relativamente perto umas das outras, o que, em termos de acesso e contacto directo com o produtor foi bastante facilitado.

Foram contactados 10 agricultores, escolhidos com determinado critério, que foram questionados sobre as situações descritas no Inquérito 1 (Anexo 1), como se de um entrevista em aberto se tratasse. Responderam de uma forma adequada às questões em causa e após o período da entrevista, foram solicitadas críticas ao conteúdo, tendo sido dada ênfase à importância do tema em causa e à falta de tempo para responder a questionários, em geral.

Ao longo do período do trabalho de campo, com a percepção das atitudes, das evasivas, da velocidade de entendimento, da capacidade de processar a informação, da dificuldade em fornecer algumas respostas, e muitas outras situações, foi-se adequando dia a dia, a estrutura do formulário, dando-lhe uma nova ordem que se testava logo na entrevista seguinte.

Assim, procedeu-se a uma alteração na estrutura do questionário, com quebra da lógica do tema do trabalho atrás exposta para uma lógica de compreensão mais directa por parte do empresário entrevistado, com alteração de perguntas mais complexas para outras aparentemente mais simples de responder, mas na mesma requerendo uma pausa para pensar.

Manteve-se o questionário bastante compacto, ficando todo ele resumido a uma folha, dando assim a impressão antecipada de uma intervenção ligeira, sem grande perda de tempo, uma vez que este é muito valorizado pelos agricultores, que além de mais consideram qualquer preenchimento de papel sem grande utilidade, denotando um espírito descrente sobre a capacidade de informação que os dados podem vincular, como também uma certa recusa em divulgar opiniões que consideram um dado muito próprio.

Embora o inquérito total, que continha mais duas perguntas e uma alínea, tivesse um tempo psicológico de cerca de 10 a 20 minutos, na realidade o pré-teste ocupou 15 a 30 minutos, conforme a necessidade que o inquirido tinha de pensar e de conversar e explicar que aquilo que fazia era o melhor sem qualquer consequência ambiental.

2.2.3- Estruturação do instrumento de notação

Após o termo das entrevistas-teste, estruturou-se o instrumento de trabalho com perguntas fechadas na generalidade e organizaram-se as respostas das perguntas em aberto com a elaboração de tabelas de argumentos fornecidos pelos próprios agricultores, que iriam facilitar a entrevista, por parte do entrevistador, assim como a sua rápida sinalização, originando-se assim o produto final que foi o Inquérito 2, (Anexo 2), que passa a ser designado por instrumento de notação.

Realizaram-se acções de formação dos inquiridores e acompanhou-se o instrumento de notação de uma folha de instruções para facilitar o registo e dissipar alguma dúvida que poderia ocorrer momentaneamente.

2.3- Implementação do trabalho de campo

A recolha de informação, como já foi referido, foi feita pelos técnicos da RICA das Direcções Regionais de Agricultura, não só porque o inquérito incidia sobre o painel RICA como também por eles serem os interlocutores privilegiados junto do agricultor, pois mantêm um contacto rigoroso e sério com os produtores, por vezes há mais de uma dezena de anos, mas também porque não se iria despender verbas, visto que, na altura da recolha de informação normal para as contabilidades acrescia a feitura do inquérito, que como já foi referido continha também perguntas de interesse para o Serviço.

As acções de formação dos técnicos decorreram em todas as nove regiões agrárias, durante o mês de Abril, onde se explicou o que se pretendia com o questionário, dando sugestões de como conduzir a entrevista, desde a introdução do tema até a rotatividade do início das frases em algumas perguntas, as questões de respostas múltiplas, as respostas espontâneas ou dirigidas, como deveriam ser assinaladas as respostas no instrumento de notação, as dificuldades que poderiam ter e como as ultrapassar devido ao conhecimento já adquirido da matéria em si e do elemento a entrevistar, sendo estas notas apenas um recordar, pois a mesma equipa de técnicos participa periodicamente em trabalhos semelhantes no âmbito de um outro trabalho “Expectativas do Empresário Agrícola”.

As dificuldades a ter em conta referiam-se a algumas questões ambientais, pelo que foram entregues para leitura as publicações “As medidas Agro-Ambientais” da DGDR e o “Manual das Boas Práticas Agrícolas”, para melhorar o suporte técnico dos entrevistadores.

Também ficou assente que, para qualquer dúvida ou esclarecimento, deveriam contactar directamente com o técnico responsável, neste caso o aluno da dissertação ou então assinalar todas as referências consideradas pertinentes no instrumento.

O trabalho de campo decorreu após a realização destas acções, incidindo principalmente no mês de Maio.

2.4- Construção da base de dados

Para posterior exploração e análise dos dados do inquérito foi criada uma base de dados em “Access”. Nessa base de dados incorporar-se-iam também as variáveis provenientes da base de dados RICA, escolhidas para serem cruzadas com as questões em causa.

2.5- Registo de dados

O registo de dados foi efectuado pelos técnicos dos serviços do GPPAA, que normalmente apoiam a introdução de dados desta natureza, provenientes de outras sondagens efectuadas, tendo sido corrigidos os inquéritos com falhas, por informação posteriormente solicitada ao técnico que o realizou. Anularam-se sete inquéritos por não terem sido aceites as respostas fornecidas.

Após a introdução dos dados dos inquéritos válidos, e a validação da digitação, a base de dados ficou preparada para ser trabalhada com o ficheiro RICA. Na altura do cruzamento das variáveis o ficheiro RICA disponível era o do ano de 1998. Esta operação saldou-se na constituição de um painel de 1105 empresas, proveniente da interceptação de uma base de dados de entrevistas válidas com 1157 empresas e de um ficheiro RICA com 2124 explorações do ano de 1998.

3. Apuramento de resultados e discussão

No apuramento de resultados começou-se por analisar as características principais do “Painel Ambiente” uma vez que só é possível obter este conhecimento após a realização do inquérito e com base nos dados dele provenientes.

Só depois se debruçou sobre o apuramento dos diversos dados que representam o comportamento do agricultor face ao ambiente, o seu interesse nas funções ambientais e a sua opinião sobre as medidas agro-ambientais.

3.1- Principais características do Painel Ambiente

A informação obtida relativamente ao inquérito decorreu, como já foi referido, de entrevistas directas a 1157 produtores que integram o painel de explorações agrícolas da RICA. As entrevistas realizaram-se durante os meses de Abril e Maio de 2000.

Estes dados foram analisados após a integração de informação proveniente da Base de Dados RICA das empresas correspondentes, designadamente a Região Agrária onde se encontra localizada a empresa, a sua Dimensão Económica e a Orientação Produtiva (de acordo com a Tipologia Comunitária das Explorações Agrícolas)⁷, o Nível de Rendibilidade da empresa⁸ e a Idade do Produtor. Finalmente proveniente do próprio inquérito, o Nível de Instrução e uma grelha com as fontes de informação que o agricultor utiliza, resultando em 1105 empresas viáveis.

No Quadro 3.1.1 apresentamos a distribuição das explorações por Região Agrária. Para além das intenções traçadas no seu delineamento, ficou reflectido também a adesão das estruturas regionais a esta iniciativa de trabalho.

⁷ A Dimensão Económica da Empresa é medida através das Margens Brutas Standard (MBS), onde uma UDE (unidade de dimensão europeia) corresponde a 1200 Ecus/euros. A Orientação Técnica Económica (OTE) é a especialização de uma determinada exploração e surge quando a MBS de uma actividade contribui com um valor igual ou superior a 2/3 da MBS total da exploração.

⁸ Rendibilidade global dos factores é um indicador resultante do quociente entre o produto bruto da exploração (subsídios e prémios correntes) face aos encargos reais deduzidos de juros, encargos financeiros, amortizações de culturas permanentes e de melhoramentos fundiários, conservação de construções e de melhoramentos fundiários) mais os encargos atribuídos.
Rendibilidade Global dos Factores = Produto Bruto / (Enc. Reais - Amortizações Culturais Permanentes e de Melhoramentos Fundiários - Conservação de Construções e Melhoramentos Fundiários + Enc. Atribuídos)

Quadro 3.1.1- Distribuição das Observações do “Painel Ambiente” por Região Agrária

Região Agrária	Nº exp.	%	RGA99 ⁹ %
Entre- Douro e Minho	159	14.4	22
Trás os Montes	209	18.9	16
Beira Litoral	94	8.5	14
Beira Interior	89	8.1	7
Ribatejo e Oeste	154	13.9	19
Alentejo	197	17.8	8
Algarve	51	4.6	5
Madeira	42	3.8	3
Açores	110	10.0	5
Total	1105	100	100

No que diz respeito à Dimensão Económica (Quadro 3.1.2.) da actividade das empresas, verifica-se uma concentração dos efectivos nas classes de dimensão média/média grande, os quais representam cerca de 60% das explorações inquiridas.

Quadro 3.1.2- Distribuição das Observações do “Painel Ambiente” por Dimensão Económica

Dimensão Económica	Nº exp.	%	RGA99%
Pequenas	145	13.1	43
Pequenas/ médias	171	15.5	27
Médias	311	28.1	15
Médias/ grandes	357	32.3	10
Grandes	121	11.0	5
Total	1105	100	100

A distribuição das empresas por Orientação Produtiva denotou um cuidado de representação dos sistemas mais especializados, designadamente nos Bovinos e Culturas Permanentes (Quadro 3.1.3).

Quadro 3.1.3- Distribuição das Observações do “Painel Ambiente” por Orientação Técnica

Orientação Técnica Económica	Nº exp.	%	RGA99%
Grandes Culturas	88	8.0	10
Horticultura	90	8.1	5
Culturas Permanentes	253	22.9	41
Bovinos	287	26.0	10
Ovinos	139	12.6	8
Policultura	124	11.2	12
Agro-pecuária	106	9.6	13
Pecuária sem terra e diversos	18	1.6	2
Total	1105	100	100

⁹ RGA 99 –Recenseamento Geral Agrícola 1999 (% excluindo as explorações com menos de 2 UDE devido à amostra da RICA não incluir essas mesmas explorações)

No que se refere à distribuição do painel pelos três níveis de Rendibilidade considerados (Rendibilidade Global dos Factores observada em 1998), verifica-se que cerca de metade da amostra se situa na classe central de nível de remuneração média dos factores (o que, em si, traduz níveis algo reduzidos de rendimento em termos absolutos), pertencendo 20% das observações à classe não rendível e 35% ao conjunto de classes de rendibilidade aceitável/alta (Quadro 3.1.4).

Quadro 3.1.4- Distribuição das Observações do “Painel Ambiente” por Nível de Rendibilidade

Nível de Rendibilidade	Nº exp.	%
Fraco	221	20.0
Médio	494	44.7
Elevado	390	35.3
Total	1105	100

A amostra trabalhada está distribuída de uma forma relativamente uniforme pelos diferentes grupos etários considerados (Quadro 3.1.5), variando de 48% dos efectivos nas classes de idade superior a 50 anos, até um máximo de 25% das observações no grupo etário com menos de 40 anos.

Quadro 3.1.5- Distribuição das Observações do “Painel Ambiente” por Grupo Etário

Grupo Etário	Nº exp.	%
< 40 anos	272	24.6
40 a <50 anos	305	27.6
50 a <60 anos	219	19.8
=> 60 anos	309	28.0
Total	1105	100

O nível de instrução, dividido em quatro classes formais (Quadro 3.1.6), deu a informação de que 66% da amostra, tem uma escolaridade que não ultrapassou o 9ºano; com valores quase idênticos encontram-se dois grupos: a classe sem instrução (17.6%), o conjunto das duas classes com mais do que o 9ºano de escolaridade (16.7%).

Quadro 3.1.6- Distribuição das Observações do “Painel Ambiente” por Nível de Instrução

Nível de Instrução	Nº exp.	%
Nenhum/Sabe ler	195	17.6
Até/Com 9ºano esc.	725	65.6
Até 12ºano escolaridade	101	9.1
Igual a Sup. A 12ºano	84	7.6
Total	1105	100

Foi ainda possível, através das informações complementares do inquérito, verificar que 21% dos inquiridos possuem computador e cerca de 7% têm já acesso à Internet, o que representa cerca de 35% dos que possuem computador. No entanto, esse computador é utilizado apenas pelo próprio agricultor, em cerca de 4% da amostra; em cerca de 5% da amostra o computador é utilizado somente pela família e, simultaneamente, por ambos em cerca de 11% da amostra. Quanto a outras fontes de informação cerca 67% dos inquiridos lêem jornais, e 93% da amostra vê televisão; no entanto, 27% do painel, costuma ver só as notícias, 6% dos produtores apenas vê outros programas e 61% do grupo sintoniza os noticiários e os programas em geral (Quadro 3.1.7).

Quadro 3.1.7- Distribuição das Observações do “Painel Ambiente” por Fontes de Informação

Fontes de Informação	Nº exp.	%
Tem computador	231	21
Tem Internet	81	7
Utilização do computador		
a) Pelo próprio	44	4
b) Pela família	123	11
c) Por ambos	50	5
Leitura de Jornais	739	67
Acompanhamento televisivo	1030	93
a) Só Noticiários	297	27
b) Outros, sem ser Notícias	69	6
c) Ambos os casos	675	61
Total	1105	100

Esta informação, cruzada com as regiões agrárias toma outra dimensão, sugerindo que a região do Algarve é não só a que tem mais computadores, como também mais acesso à Internet, com uma maior utilização do próprio agricultor, que vê mais televisão, principalmente as notícias.

Para além do Algarve, a existência de computador nas explorações é maior, nas regiões do Litoral norte (Entre Douro e Minho e Beira Litoral), Ribatejo e Oeste e Alentejo, onde se observaram valores entre 23% e 27% das respectivas amostras. O acesso à Internet ficou distribuído praticamente por todas as regiões, com excepção das regiões Autónomas e Trás os Montes, que apresentam valores relativamente mais baixos, como também na leitura de jornais. A utilização do computador por parte do agricultor foi mais assumida pelas regiões de Ribatejo e Oeste e Trás os Montes. No entanto, os maiores valores ficaram situados pela utilização familiar ou pelas duas partes: agricultor e família. A audiência televisiva, ficou aquém dos valores na Madeira, distribuindo-se de uma forma homogénea pelas restantes regiões. Os noticiários foram principalmente mencionados nas regiões de Entre Douro e Minho e Beira Interior. As

regiões de Trás os Montes, Beira Litoral e Ribatejo e Oeste, também mencionaram ver outros programas, mas a Madeira prefere apenas os programas lúdicos.

3.2- Comportamento do agricultor face ao ambiente

Como se referiu anteriormente o comportamento do agricultor face ao ambiente é observado através do seu conhecimento ambiental e dos diversos tipos de valorização do binómio agricultura/ambiente.

3.2.1- Observação do conhecimento do agricultor sobre o ambiente

Na fase do inquérito teste, esta era uma das perguntas que se encontravam em aberto, e a partir das respostas obtidas, seleccionaram-se as palavras que foram indicadas com maior frequência, criando assim uma lista de 18 palavras/ideias, com o seu respectivo código, que passaram a figurar no instrumento de notação, para uma maior e melhor facilidade de registo, ficando, todavia, o campo ainda em aberto para outras situações não listadas.

A pergunta foi feita directamente ao agricultor, como se encontra descrito a seguir, o qual deu as suas palavras/ideias, que o “técnico-entrevistador” teve de assinalar/enquadrar dentro das palavras listadas. Quando a resposta não correspondia a qualquer das situações expostas, foi escrito no devido local: outras. Para esta pergunta, o agricultor podia enumerar, no máximo quatro palavras, mas na falta delas, podia quedar-se pela primeira, segunda ou terceira, não sendo de todo obrigatório a procura exaustiva de palavra.

Numa primeira abordagem, apenas se faz uma análise dos dados obtidos no seu conjunto e as palavras mais sugeridas, considerando a totalidade de referências no conjunto das quatro oportunidades, são:

Natureza - 641 citações

Água - 448 citações

Terra - 376 citações

Ar - 368 citações

Vida - 353 citações

Preservação - 289 citações

Envolvência - 237 citações

Poluição - 235 citações
Pureza - 224 citações
Equilíbrio-222 citações
Sol - 193 citações
Futuro - 154 citações
Recursos - 116 citações
Liberdade - 77 citações
Zona de lazer - 62 citações
Sustentado - 21 citações
Partilhado - 18 citações
Assimilação - 12 citações
Outros argumentos - 39 citações

A Natureza é a palavra que mais define o ambiente, independentemente da sua posição no registo, para cerca de 58% dos agricultores, seguida da Água, com 41% de citações. Também se encontram as palavras Terra, Ar e Vida, com valores compreendidos entre 34 e 32% do painel. A palavra Recursos é mencionada por cerca de 10% dos entrevistados, as Zonas de Lazer é referenciada por cerca de 6% dos agricultores e Assimilação tem apenas 1% dos registos.

Estas percentagens denotam uma visão biocêntrica do ambiente, ao associarem natureza com ambiente. Por outro lado, há um descrever de situações/consequências de ambiente mal tratado - preservação, poluição - como também a significar um estado inicial de pureza. Aparecem ainda palavras, que são, actualmente, de bom tom referir, como sustentado, partilhado...

As omissões ocorrem em 335 casos, nas diversas posições e com as seguintes características: cerca de 24 inquiridos, representando 2% da amostra, não respondem, logo na primeira palavra. Para as posições seguintes, as omissões são de 62, 97 e 152 agricultores, respectivamente 6%, 9% e 14% da amostra, o que manifesta uma certa dificuldade na obtenção de palavras para definir o ambiente.

Devido às características desta auscultação de opinião, e com as diversas variáveis disponíveis e apresentadas, entendeu-se cruzar esta informação com a Região Agrária, a Instrução, a Idade, a Dimensão Económica e o Nível de Rendibilidade dos Factores, para determinar a localização, os conhecimentos e o grupo etário, como também a grandeza da exploração em termos económicos e sua capacidade de fazer face aos factores intervenientes.

3.2.1.1- A primeira palavra para definir o ambiente

As palavras ditas espontaneamente pelos agricultores em 1º lugar, perante a questão já enunciada, após a sua ordenação, são as seguintes:

- Natureza, por 286 agricultores, cerca de 26% da amostra e Terra, por 141 produtores, com 13% do painel, perfazem 39% das referências. Note-se que a segunda palavra ficou com cerca de metade da percentagem obtida pela primeira;

- O que rodeia (envolvência), Equilíbrio e Vida, mencionadas por 99, 96 e 94 empresários respectivamente, o que equivale a 9% da amostra para cada palavra. Estas três palavras, agregam 27% dos empresários, valor da ordem de grandeza, obtido pela palavra Natureza, mostrando assim um grande distanciamento entre a 1ª e a 2ª palavra, e o grupo seguinte.

Só vão ser referidos os resultados das respostas obtidas por região agrária, nível de instrução e de rendibilidade por serem as que mais variações apresentam.

Ao analisar as respostas obtidas por região agrária, nível de instrução e nível de rendibilidade (Quadro 3.2.1.1.1), observa-se que todas as regiões citam a palavra Natureza, com 17% ou mais dos seus efectivos, sendo a maior percentagem, a dos produtores situados no Algarve, Entre Douro e Minho e Alentejo; a palavra Terra, é a mais descrita, pelos agricultores que residem na Madeira, no Algarve e em Trás os Montes; o ambiente, considerado como tudo o que rodeia, Envolvência, é referido pelas Beiras e pelo Alentejo; a noção de ser o Equilíbrio, é dada com valores sensivelmente superiores ao observado pelo total da amostra pelos produtores oriundos de Ribatejo e Oeste e Alentejo, regiões onde há mais intensificação e dimensão física das explorações; como sinónimo de Vida, é tido pelos inquiridos de Trás os Montes e Alentejo. O nível de instrução, não influencia grandemente as percentagens obtidas relativamente à Natureza embora sejam um pouco superiores nas classes que compreendem níveis maiores que 9º ano. A escolha de Terra assim como a Envolvência e Equilíbrio apresentam diferenciações entre os vários níveis. Como sinónimo de Vida, a percentagem tende igualmente por todas as classes. Por nível de rendibilidade, todas as palavras ficam distribuídas pelas diversas classes quase de uma forma homogénea.

Quadro 3.2.1.1.1- Primeira Palavra para o Ambiente

	Natureza		Terra		Envolvência		Equilíbrio		Vida	
	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%
Região Agrária										
E. Douro Minho	52	33	11	7	18	11	15	9	11	7
Trás-os-Montes	50	24	41	20	7	3	23	11	30	14
Beira Litoral	16	17	6	6	15	16	2	2	7	7
Beira Interior	22	25	8	9	17	19	7	8	6	7
Ribatejo e Oeste	29	19	24	16	4	3	19	12	12	8
Alentejo	59	30	16	8	24	12	22	11	20	10
Algarve	19	37	13	26	1	2	0	0	0	0
R. A. da Madeira	10	24	14	33	3	7	4	10	1	2
R. A. Açores	29	26	7	6	10	9	4	4	7	6
Nível de Instrução										
Nenhuma/Sabe Ler	52	27	33	17	11	6	15	8	17	9
<= 9º ano	178	25	91	13	62	9	61	8	62	9
<12º ano	29	29	10	10	14	14	11	11	9	9
=> 12º ano	27	32	7	8	12	14	9	11	6	7
Nível de Rendibilidade										
<= 0.5	60	27	31	14	20	9	20	9	22	10
0.5 a <=0.9	129	26	70	14	35	7	36	7	44	9
>0.9	97	25	40	10	44	11	40	10	28	7
Total	286	26	141	13	99	9	96	9	94	9

Ao ser analisado por classe etária¹⁰, o ambiente definido como Natureza, é proposto mais intensamente pela classe mais jovem, (31% do seu efectivo), assim como o Equilíbrio. A Terra, foi preferida com mais empenho pela classe mais idosa enquanto que a Envolvência e a Vida, pela classe de 50 a 60 anos.

Ao cruzar com a dimensão económica¹¹, a escolha de Natureza é feita com a maior percentagem, pelas classes de 4 a 8 UDE e com mais de 16 UDE, com 28% dos entrevistados. Nas variantes de Terra e Vida, a classe de dimensão económica intermédia, agrega valores sensivelmente superiores às restantes classes, enquanto que a Envolvência e o Equilíbrio são as palavras mais referenciadas pela classe de mais de 40 UDE.

Encontrou-se um grupo de 24 agricultores, 2%, que nada assinalou.

No conjunto, estas cinco palavras apresentam um total de 66% do painel e ficam distribuídas de seguinte modo:

- a Natureza, foi referida com maior incidência pelos agricultores das regiões de Algarve, Entre Douro e Minho e Alentejo, com mais de 9ºano de instrução, quer fossem jovens ou mais velhos, com dimensões económicas

¹⁰ Anexo 3

¹¹ Anexo 3

pequenas/médias compreendidas entre 4 a 8 UDE e mais de 16 UDE e com níveis de rendibilidade fraco a médio.

- a Terra, foi salientada pelos inquiridos de todas as regiões, com maior ênfase dos situados nas regiões de Madeira, Algarve e Trás os Montes, com o menor grau de instrução, com mais idade, com dimensão económica na classe intermédia (8-16UDE) e rendibilidades fraca a média.
- as outras três palavras, a Envolvência, o Equilíbrio e a Vida, foram enunciadas preferencialmente pela classe mais rendível.

3.2.2- Avaliação da valorização da agricultura e ambiente

Os valores atribuídos à agricultura e/ou ambiente encontram-se em constante evolução, com modificações quer superficiais, quer profundas. Por vezes, o valor encontrado em grupo não coincide com o valor individual, pelo que se pretendeu avaliar, o valor que cada indivíduo atribui a cada questão apresentada. Formaram-se oito frases, com diversos níveis de complementaridade e antagonismo ou radicalismo incorporados. O agricultor tinha duas opções de escolha, afirmativa ou de concordância, e negativa ou de repúdio, perante determinada frase. Todavia tinha que responder a todas as questões.

As frases inicialmente concebidas foram aperfeiçoadas, com o contributo dos intervenientes, na fase de pré-teste.

Neste grupo de questões, que visava avaliar os valores em causa, optou-se igualmente por cruzar a informação com as variáveis já consideradas anteriormente como Região Agrária, Nível de Instrução, Grupo Etário, Dimensão Económica e Nível de Rendibilidade. Para melhor se retratar a opção, acrescentou-se a Orientação Técnica Económica, uma vez que, devido às especializações das empresas pelo tipo de actividade que praticavam, os empresários poderiam ter um desempenho mais ou menos interveniente nas diversas funções do ambiente.

As oito frases constituídas foram apresentadas uma a uma ao agricultor, pedindo-lhe para escolher, para cada uma, a opção sim/não que melhor se adaptasse à sua maneira de pensar. Sabendo-se que a atenção do inquirido vai diminuindo à medida que se vão apresentando as frases, a fim de contrariar o erro sistemático que este facto originaria se se pusessem as questões sempre pela mesma ordem, houve o cuidado de pedir ao técnico inquiridor que “rodasse” as frases com que iniciava esta questão de valores.

Para a apresentação dos resultados, juntaram-se pares de frases relacionadas intencionalmente, pela sua complementaridade ou não, e fez-se corresponder para cada frase uma designação, para melhor leitura e apreensão, o que originou o seguinte:

-Valor de herança espontânea - Penso sempre no futuro, faço tudo direito;

-Valor de herança compensada - Deixar boa terra aos filhos e ser recompensado por isso;

-Valor de recompensa com bom senso - Deve-se produzir menos e receber uma compensação até ao valor da produção normal;

-Valor de recompensa pela prestação de serviços - Produzir o que for aconselhado e receber um ordenado para cuidar das actividades alternativas;

-Valor de penalização radical - Quem prejudica/ estraga, deve ficar sem produzir nada devido ao desgaste/ saturação/ poluição;

- Valor de penalização liberal - Produzir a quantidade e como quiser, e pagar uma taxa por isso;

-Valor de indiferença pela concorrência - Se eu não estragar/saturar/poluir o ambiente, os outros fazem por mim;

-Valor de indiferença pela ignorância - Já está tudo estragado/ saturado/ poluído, o que faço não vai piorar mais;

Para uma exposição mais ligeira, por vezes ir-se-á omitir a palavra valor nas designações em causa.

3.2.2.1- O valor de herança

Neste ponto, tenta-se saber como o agricultor se retrata, quando é confrontado com uma situação futura, de herança, de legado para as gerações vindouras, com a condição de continuar a trabalhar na sua actividade profissional.

O par de frases escolhido para ilustrar essa situação é:

- Penso sempre no futuro, faço tudo direito (Valor de herança espontânea)

- Deixar boa terra aos filhos e ser recompensado por isso (Valor de herança compensada)

Observa-se que, a escolha afirmativa de Herança Espontânea é feita por 75% dos agricultores e desta situação para a de Herança com Compensação, a variação foi de 4 pontos percentuais, neste caso com 79% da amostra.

Da análise do Quadro 3.2.2.1.1, onde apenas são apresentados os dados relativos à região agrária e nível de instrução verifica-se que:

Quadro 3.2.2.1.1- Valores de herança espontânea e compensada

	Valor de herança espontânea		Valor de herança compensada	
	Nº exp.	%	Nº exp.	%
Região Agrária				
E- Douro Minho	118	74	118	74
Trás-os-Montes	145	69	150	72
Beira Litoral	59	63	73	78
Beira Interior	67	75	81	91
Ribatejo e Oeste	139	90	145	94
Alentejo	139	71	140	71
Algarve	45	88	43	84
R. A. da Madeira	25	60	32	76
R. A. Açores	86	78	86	78
Nível de Instrução				
Nenhum/Sabe Ler	125	64	146	75
<= 9º ano	547	75	575	79
<12º ano	82	81	80	79
=> 12º ano	69	82	67	80
Grupo Etário				
< 40 ANOS	194	71	215	79
40 a <50 ANOS	224	73	235	77
50 a <60 ANOS	178	81	176	80
=> 60 ANOS	227	74	242	78
Dimensão Económica				
<=4 UDE	111	77	120	83
4 a <=8 UDE	126	74	133	78
8 a <= 16 UDE	229	74	251	81
16 a <= 40 UDE	260	73	277	78
> 40 UDE	97	80	87	72
Orientação Técnica Económica				
Grandes Culturas	71	81	78	89
Horticultura	65	72	77	86
Cult. Permanentes	207	82	216	85
Bovinos	202	70	209	73
Ovinos	94	68	99	71
Policultura	86	69	87	70
Agro-pecuária	87	82	91	86
Pecuária sem terra e div.	10	59	10	59
Total	823	75	868	79

A escolha da Herança Espontânea é mais referida pelos agricultores do Ribatejo e Oeste e do Algarve, com valores de 90% e 88%, com os Açores a chegar aos 78%. Com o menor valor, encontra-se a Madeira que, apesar dos seus 60%, fica a 15 pontos percentuais da tendência observada. Quando se trata da Herança com Compensação, os valores mais altos são encontrados no Ribatejo e Oeste e na Beira Interior, com

percentagens que ultrapassam os 90% dos seus agricultores. As restantes regiões, apresentam variações entre mais 5 e menos 8 pontos percentuais.

Da comparação entre as duas situações, a região do Algarve é a única região que tem um valor mais elevado para a situação de herança espontânea. As regiões de Entre Douro e Minho, Alentejo e Açores comportam-se de igual forma, mantendo os mesmos valores, quer com ou sem compensação. Nas restantes regiões, observa-se um ligeiro aumento nas percentagens, para a herança com compensação relativamente à espontânea, sendo as maiores variações observadas nas regiões da Beira Interior e Madeira, com mais 16% e da Beira Litoral com 15% dos seus agricultores.

Considerando o valor de herança compensada não se verifica praticamente variação entre os vários níveis de instrução, se bem que a classe de menor instrução seja menos sensível a este problema (75%); no que se refere ao valor de herança espontânea são as classes de maior instrução aquelas em que maior percentagem de inquiridos a ela se referem, apesar de aceitarem ser compensados.

A herança espontânea, é proposta por 71% ou mais para todas as idades, chegando a classe de 50 a 60 anos aos 81% dos seus efectivos. Foram as duas classes mais jovens, que menos preocupação manifestaram com o futuro. Quando a hipótese é herança compensada, há uma distribuição quase uniforme para todas as classes etárias.

A opção de herança espontânea é modificada pela dimensão económica das empresas pois as três classes intermédias têm valores sensivelmente inferiores à tendência, enquanto que as duas classes extremas se posicionam num patamar superior, 77% para a classe menor e 80% para a classe de mais de 40 UDE, a dominante na escolha. A compensação é assinalada pelas diversas classes de UDE, embora a classe com mais de 40 UDE seja a que menos se importa com a recompensa. É de assinalar o comportamento das duas classes extremas: a classe de dimensão menor tanto quer a compensação como fazer tudo correctamente, pensando no futuro, enquanto que a classe de maior dimensão económica, importa-se menos com a compensação e mais com o futuro e a correcção que lhe está associada.

Se se observar por Orientação Técnica Económica, o valor de herança no grupo de empresas com orientação para a Pecuária Sem Terra, é idêntico para as duas situações, 59% dos seus participantes. As restantes orientações, mostram um ligeiro aumento de percentagem, para a situação com compensação, destacando-se a classe especializada em Horticultura que cresce 14% de uma situação espontânea para a recompensada.

Ao distribuir as respostas pelo nível de rendibilidade¹², na situação de ter cuidados com o futuro, espontaneamente, os valores foram semelhantes para as três classes em questão, mas as empresas com menor nível de rendibilidade foram as que mais pretenderam uma compensação, diminuindo progressivamente com o aumento de rendibilidade de 84% para 75% das classes intervenientes.

3.2.2.2- O valor da recompensa

De seguida aborda-se a questão da recompensa face a uma restrição e questiona-se o agricultor, para saber de que maneira deveria ser ele recompensado pela não utilização dos seus direitos de produzir. Para auscultar essa compensação utiliza-se o seguinte par de frases:

- Deve-se produzir menos e receber uma compensação até ao valor da produção normal (Valor de recompensa com bom senso)
- Produzir o que for aconselhado e receber um ordenado para cuidar das actividades alternativas (Valor de recompensa de prestação de serviços)

A escolha afirmativa, de recompensa com bom senso, atinge 57% dos agricultores, mas a situação de recompensa por prestação de serviços, chega a 64% dos produtores, ou seja apresenta um crescimento de 7 pontos percentuais.

Da análise do Quadro 3.2.2.2.1, em relação à região agrária e ao grupo etário, conclui-se o seguinte:

A escolha da variante do bom senso apresenta a região do Algarve que foi a única, onde o valor é mencionado por 77% dos seus efectivos, 20 pontos acima da tendência manifestada. Também as regiões de Entre Douro e Minho, Beiras e Açores, que se comportam de igual forma, mas com valores situados entre 60% e 67%. Nas restantes regiões, constata-se uma diminuição nas percentagens, sendo inferiores à tendência, com a Madeira a representar o ponto inferior com 36% dos seus agricultores.

Quando a escolha é ser recompensado, como se de uma prestação de serviços se tratasse, dá-se uma subida da percentagem, para 64% da amostra. No entanto, as regiões das Beiras, atingem valores de 86 e 84%, respectivamente para o Litoral e para o Interior. Com valores entre 72% e 64%, ficam as regiões dos Açores, Trás os Montes e Ribatejo e Oeste; as restantes encontram-se com valores inferiores. Ao comparar as duas situações, as regiões de Entre Douro e Minho, Alentejo e Algarve (que apresenta o

¹² Anexo 4

maior diferencial, 51%), preferem a situação de bom senso à de prestação de serviços. As restantes regiões preferem, com maior frequência a prestação de serviços, sendo a região da Madeira, a mostrar uma variação máxima de 24%, dentro da respectiva amostra.

A recompensa com bom senso é aceite com mais intensidade pelas três classes mais jovens (a classe de 50 a 60 anos, chega aos 59%), enquanto que a de mais idade atinge cerca de 54%. Na obtenção de uma compensação equivalente a prestação de serviços, as duas classes de idade intermédias, com 68% e 67% dos seus agregados, são as que mostram mais empenho enquanto que as duas classes extremas são as que menos aderem à situação, apesar do valor de bom senso ser superior a 57%. Há mais adesão à prestação de serviços, qualquer que seja a classe etária, do que à variante bom senso.

Quadro 3.2.2.2.1- Valor de recompensa por região agrária e grupo etário

	Valor com bom senso		Valor de prestação de serviços	
	Nº exp.	%	Nº exp.	%
Região Agrária				
E- Douro Minho	95	60	94	59
Trás-os-Montes	101	48	137	66
Beira Litoral	60	64	81	86
Beira Interior	60	67	75	84
Ribatejo e Oeste	83	54	99	64
Alentejo	109	55	102	52
Algarve	39	77	13	26
R. A. da Madeira	15	36	25	60
R. A. Açores	71	65	79	72
Grupo Etário				
< 40 ANOS	158	58	163	60
40 a <50 ANOS	178	58	207	68
50 a <60 ANOS	130	59	146	67
=> 60 ANOS	167	54	189	61
Total	633	57	705	64

Quando se observa o Quadro 3.2.2.2.2, as variações por dimensão económica, orientação técnica económica e nível de rendibilidade, mostram que:

A compensação com bom senso distribui-se por todas as classes de Dimensão Económica, mas é preferida com maior frequência, pela classe de maior UDE. A opção de prestação de serviços, tem valores superiores à tendência encontrada, com 75%, 73% e 67%, respectivamente para as três primeiras classes, enquanto que as duas classes de UDE mais elevado, se posicionam nos 57% e 49%, havendo assim uma amplitude de 26% entre as classes de menor e de maior Dimensão Económica. O comportamento das classes, nas duas opções de obtenção de valores mostra que a percentagem é de um

modo geral maior para a situação de prestação de serviços, apesar de em alguns casos, o aumento ser muito ligeiro, como na classe de 16 a 40 UDE; a única excepção foi a classe de maior dimensão económica que prefere uma recompensa calculada com observação da produção efectiva com bom senso, do que como uma recompensa pelo serviço prestado.

Quadro 3.2.2.2.2- Valor de recompensa por dimensão económica e orientação técnica

	Valor com bom senso		Valor de prestação de serviços	
	Nº exp.	%	Nº exp.	%
Dimensão Económica				
<=4 UDE	83	57	109	75
4 a <=8 UDE	99	58	125	73
8 a <= 16 UDE	178	57	207	67
16 a <= 40 UDE	199	56	205	57
> 40 UDE	74	61	59	49
Orientação Técnica Económica				
Grandes Culturas	53	60	53	60
Horticultura	52	58	53	59
Culturas Permanentes	155	61	176	70
Bovinos	157	55	170	59
Ovinos	78	56	90	65
Policultura	74	60	83	67
Agro-pecuária	58	55	69	65
Pecuária sem terra e div.	6	35	11	65
Nível de Rendibilidade				
<= 0.5	117	53	144	65
0.5 a <=0.9	287	58	331	67
>0.9	229	59	230	59
Total	633	57	705	64

Por tipos de Orientação técnica económica, o valor encontrado com bom senso destinado à compensação, foi de um modo geral menos aceite sendo a maior diferença entre as percentagens encontradas nas orientações direccionadas para a Pecuária, principalmente Sem Terra, que apresentou o menor valor, 35%. Para a situação de um valor, como se de uma prestação de serviços se tratasse, destacaram-se pelos seus valores mais baixos, as classes especializadas em Horticultura, Bovinos e Grandes Culturas, que não ultrapassaram os 60% dos agricultores.

Considerando o cruzamento com o nível de rendibilidade nota-se que a percentagem de agricultores que optam pelo valor de bom senso é menor que a dos que escolhem o valor de prestação de serviços para níveis de rendibilidade menores ou iguais a 0.9; para níveis de rendibilidade superiores a este valor a percentagem é igual para os dois tipos de valor.

A recompensa com bom senso, é a mais escolhida pelas classes com instrução¹³, principalmente a classe de mais do 9ºano a 12ºano, com 64% dos seus agricultores. Da situação de prestação de serviços, sobressai a classe de menor instrução, com cerca de 68% dos seus intervenientes, enquanto que as classes restantes apresentam o mesmo valor, 63% dos seus agricultores. De notar que, ao comparar os dois valores, todas as classes aumentam as percentagens para a situação de prestação de serviços, com a excepção da classe de mais do 9ºano e menos de 12ºano, que diminui pela percentagem mínima.

3.2.2.3- O valor de penalização

Com as frases agrupadas sob a designação comum de valor de penalização, tenta-se perceber o que pensa o agricultor da penalização a dar ao indivíduo que, ao trabalhar nas suas actividades, comete infracções ao ambiente. Definiram-se duas situações:

- Quem prejudica/ estraga, deve ficar sem produzir nada devido ao desgaste/ saturação/ poluição (Valor de penalização radical)
- Produzir a quantidade e como quiser, e pagar uma taxa por isso (Valor de penalização liberal)

Observa-se que, a posição radical foi a escolha de 59% dos agricultores, para os quais quem prejudica ou estraga deve ficar sem produzir nada, devido ao desgaste, saturação ou poluição que provocou. Contudo, a opção de uma penalização liberal, em que cada um faz o que lhe interessa, suportando o pagamento de uma taxa por essa utilização, foi apenas suportado por cerca de 13% dos agricultores, donde resulta que 87% dos inquiridos que sobram não concordam com a posição de pagar uma taxa apenas, mas sim uma outra forma de penalização.

Quando se observa a distribuição por região agrária, dimensão económica e orientação técnica (Quadro 3.2.2.3.1) fica realçado que:

Em todas as regiões verificam-se valores superiores a 50% para a posição radical, com a região do Algarve a ser a mais extremada, com 80% dos agricultores inquiridos, seguindo-se a Beira Litoral, os Açores e a Beira Interior com valores iguais ou superiores a 64%. A situação inversa, de liberalismo, é pretendida com maior ênfase pelo Alentejo, com 27% do seu agregado, logo seguida pelo Ribatejo e Oeste, Açores e Madeira com mais de 20%.

¹³ Anexo 5

Quadro 3.2.2.3.1- Valor de penalização

	Valor de penalização radical		Valor de penalização liberal	
	Nº exp.	%	Nº exp.	%
Região Agrária				
E- Douro Minho	80	50	8	5
Trás-os-Montes	120	57	7	3
Beira Litoral	67	71	7	7
Beira Interior	57	64	8	9
Ribatejo e Oeste	81	53	35	23
Alentejo	106	54	53	27
Algarve	41	80	0	0
R. A. da Madeira	22	52	8	19
R. A. Açores	76	69	22	20
Dimensão Económica				
<=4 UDE	102	70	13	9
4 a <=8 UDE	97	57	32	19
8 a <= 16 UDE	191	61	43	14
16 a <= 40 UDE	201	56	36	10
> 40 UDE	59	49	24	20
Orientação Técnica				
Grandes Culturas	50	57	14	16
Horticultura	57	63	22	24
Culturas Permanentes	169	67	24	10
Bovinos	163	57	35	12
Ovinos	75	54	27	19
Policultura	62	50	16	13
Agro-pecuária	67	63	8	8
Pecuária sem terra e div.	6	35	2	12
Total	650	59	148	13

De notar que dos agricultores dos Açores 89% se manifestam por um valor de penalização mas é na região de Entre Douro e Minho que atinge a maior percentagem de respostas negativas. Também é curioso notar que a posição dos empresários algarvios foi a mais dura, pois 80% são pela penalização radical e 0% pela liberal.

Quando se cruza a variável penalização com as classes de UDE, verifica-se que a classe de menor UDE é a mais radical na sua escolha, com 70% dos inquiridos a optar pela penalização radical e só 9% pela liberal. Em relação às restantes classes de UDE, é a classe de mais de 40 UDE a que apresenta valores próximos entre as duas situações mas menor para a penalização radical. O comportamento das duas classes extremas indica que, a menor quer mais radicalização e menos liberalização, enquanto que a de maior dimensão económica é, precisamente, de posição contrária.

Se se observar por classes de Orientação Técnica Económica, para o valor de penalização radical, é a especialização em Pecuária Sem Terra que apresenta o menor valor, 35%, e em situação oposta, figuram as Culturas Permanentes, com 67% dos seus

empresários, enquanto que as restantes classes apresentam percentagens que variam entre os 50 e os 63%. A situação liberal foi mais focada pelos empresários das explorações ligadas à Horticultura, com 24%, seguido de Ovinos e Grandes Culturas. Destaca-se a classe especializada em Horticultura, em que há uma elevada percentagem de respostas positivas às duas atitudes agregando no conjunto 87% dos inquiridos.

Por nível de instrução, sobressai a classe de menor instrução, com menor posição na radicalização, (cerca de 52%). No entanto, a posição liberal está distribuída, com valores sensivelmente iguais pelas várias classes de instrução, apenas com percentagem inferior, (10%) para a classe de instrução que apresenta mais de 9ºano mas por outro lado inferior ao 12ºAno (Anexo 6).

O valor de penalização radical¹⁴, é proposto por todas as idades, com mais de 55%, dos seus efectivos, com referência às duas classes de mais de 50 anos, que atingem frequências superiores a 62%, sendo os mais novos os menos radicais. São as classes de idade extremas, mais jovens e mais idosas, que apresentam maior frequência de liberalização, apesar de ser bastante ligeira.

Foram os agricultores com menor nível de rendibilidade que mais radicalismo mostraram, diminuindo esse radicalismo ligeira e progressivamente com o aumento de rendibilidade. Na situação de liberalização, os valores tiveram uma maior frequência nas classes de rendibilidade intermédia a alta. O radicalismo diminuiu com o aumento da rendibilidade enquanto que a liberalização aumentou sensivelmente.¹⁵

3.2.2.4- O valor da indiferença

Tenta-se saber como o agricultor se retrata, quando confrontado com uma situação proveniente e relacionada com a sua profissão e com participação dos colegas de trabalho face a alterações nas condições do ambiente que usa.

O par de frases escolhido é:

- Se eu não estragar/poluir, os outros fazem por mim (Valor de indiferença pela concorrência)

- Já está tudo estragado/ poluído, o que faço não vai piorar mais (Valor de indiferença pela ignorância)

Observa-se que a escolha afirmativa do valor de indiferença pela concorrência, atinge 35% dos agricultores e o da indiferença pela ignorância, se reduz para cerca de metade, ficando com 18% da amostra.

¹⁴ Anexo 6

¹⁵ Anexo 6

Conforme o Quadro 3.2.2.4.1, tem-se o seguinte:

Nos valores com que se referem à Indiferença pela Concorrência, as várias zonas geográficas, não apresentam grandes variações (30 a 46%) com excepção do Algarve e Madeira em que as percentagens são baixas (4 e 12% respectivamente). A Beira Litoral, apresenta valores da ordem de 42% na ignorância, mais do dobro da tendência geral verificada, logo seguido de Trás-os-Montes com 27%. O Algarve e a Madeira foram as regiões que menor valor apresentam também nesta opção (2%). Nas restantes regiões os valores variam entre os 9 e 14%.

Quadro 3.2.2.4.1- Valor de indiferença

	Valor de indiferença pela concorrência		Valor de indiferença com ignorância	
	Nº exp.	%	Nº exp.	%
Região Agrária				
E- Douro Minho	70	44	20	13
Trás-os-Montes	73	35	57	27
Beira Litoral	32	34	39	42
Beira Interior	34	38	18	20
Ribatejo e Oeste	46	30	22	14
Alentejo	79	40	25	13
Algarve	2	4	1	2
R. A. da Madeira	5	12	1	2
R. A. Açores	50	46	10	9
Grupo etário				
< 40 ANOS	103	38	41	15
40 a <50 ANOS	107	35	52	17
50 a <60 ANOS	87	40	37	17
=> 60 ANOS	94	30	63	20
Orientação Técnica Económica				
Grandes Culturas	29	33	9	10
Horticultura	26	29	14	16
Culturas Permanentes	80	32	46	18
Bovinos	117	41	42	15
Ovinos	44	32	29	21
Policultura	54	44	29	23
Agro-pecuária	38	36	21	20
Pecuária sem terra	3	18	3	18
Total	391	35	193	18

Considerando os grupos etários verifica-se que o valor de indiferença pela concorrência, é proposto por todas as classes de idade, a partir de 30%, com pouca variação entre as classes (a classe de 50 a 60 anos chega aos 40%). Por outro lado, a indiferença pela ignorância, cresce com a idade, atingindo o valor mais elevado na classe mais idosa. De realçar que, a classe mais jovem valoriza relativamente mais a indiferença pela concorrência, (38%), enquanto que na indiferença pela ignorância, não

vai além dos 15%, comportamento completamente oposto ao da classe mais idosa, que do valor mais baixo de indiferença pela concorrência, passa para o mais alto, pela ignorância.

Quanto às classes de Orientação Técnica Económica, o valor de indiferença pela concorrência é maior nas empresas ligadas à Policultura, (44%), seguido das empresas ligadas aos Bovinos e Agro-Pecuária, e o menor valor encontrado é na orientação de Pecuária Sem Terra, com 18% dos seus empresários. Para as restantes classes, os valores obtidos são conformes a tendência geral manifestada. São praticamente as mesmas classes, que se destacam na indiferença pela ignorância, com a Policultura a apresentar 23% dos seus efectivos, Ovinicultura e Agro-Pecuária, com 21 e 20% dos seus agricultores. As empresas orientadas para as Grandes Culturas, apresentam o menor valor na variante de ignorância.

Por nível de instrução, a classe de menor nível diferenciou-se, pois deteve maior valor, para os dois tipos de indiferença, cerca de 41% e 23% dos seus grupos, algo acima dos valores da tendência. Para as duas situações de indiferença, houve um decréscimo, por vezes acentuado, nos valores observados, à medida que aumentou o nível de instrução do agricultor (Anexo 7).

Quando se tratou da dimensão económica, a indiferença apresentou-se de igual forma nas duas situações, mas com valores mais reduzidos na situação com ignorância. As percentagens encontradas diminuíram de uma forma quase gradual com o aumento da classe de UDE. De salientar que, na posição com ignorância, a classe de menor UDE, apresentou cerca do dobro do valor da tendência.¹⁶ Por nível de rendibilidade, os valores distribuíram-se uniformemente pelas classes de rendibilidade, mas na posição de indiferença com ignorância, essa uniformidade quebrou na classe de rendibilidade média que decresceu mais que a classe alta.

¹⁶ Anexo 7

3.3- As Funções do ambiente

Ao pensar nas funções do ambiente, direccionou-se o trabalho para validar o interesse do agricultor nas funções ambientais, no sentido de se ter uma aproximação daquilo que ele sente, quer, pretende, investe, pensando em alcançar um ou vários objectivos a que se vão propondo no seu dia a dia. E também a atitude completamente amorfa daqueles que sem qualquer motivação ou entusiasmo trabalham apenas por ocupação.

Considerando, como já foi referido, que as funções do ambiente são a oferta de amenidades, a assimilação de resíduos e por último, mas não a menos importante, o fornecimento de recursos, é por essa ordem que vão ser apresentados os resultados.

3.3.1- Gerador de amenidades: delimitação de zonas de lazer

Como o ambiente é fornecedor de amenidades - situações que criam bem estar e desfrute a quem as procura - só tem valor se a sua existência for realmente percebida pelo agricultor, se for desejado, se puder ser frequentado e sentido o prazer de se encontrar nele, e porque não, se inserir também dentro do próprio ambiente.

Mas, para qualquer coisa ter valor de uso, de existência, é necessário que se tenha a noção de preferência, de opção, pois só quando há procura é que a importância ressalta. A utilização das amenidades acontece mais propriamente nos momentos de ócio, onde há uma atitude deliberada na escolha da ocupação desse tempo, do que se pretende fazer, disponibilizando para isso tempo e verbas.

Então, quais os cenários escolhidos pelos produtores agrícolas, para se entreterem, para ocuparem nos seus tempos livres, para utilizarem os seus momentos de lazer?

Será que as amenidades fornecidas pelo ambiente, e que, por vezes, eles contactam diariamente, estão consideradas, ou será que se desviam para zonas citadinas, que lhes ficam por vezes mais distantes?

Para eleger as amenidades que os empresários agrícolas costumam utilizar, para se poder delimitar zonas de lazer, modos de ocupação dos seus tempos livres das actividades profissionais diárias, questionaram-se os agricultores sobre as cinco actividades de lazer que são mais importantes para a ocupação dos seus tempos de lazer,

por ordem decrescente de preferência, na tentativa de organizar uma lista das amenidades que o agricultor desfruta.

A resposta foi de carácter espontâneo mas, no instrumento de notação, para um registo mais rápido, codificou-se uma série de actividades, que tinham sido listadas e reconfirmadas no inquérito para pré-teste, como se apresenta de seguida. Note-se que se incluiu ainda a possibilidade de o inquirido considerar de importância uma actividade não incluída nas listagens.

Tal como se fez anteriormente os resultados obtidos são cruzados com as seguintes variáveis: Região Agrária, Nível de Instrução, Idade, Dimensão Económica e Nível de Rendibilidade.

Após a listagem das posições, por ordem de importância, efectua-se uma primeira abordagem, com a utilização de ponderadores, atribuindo 5 pontos para a 1ª citação, 4 pontos para a 2ª e assim sucessivamente, para destacar as actividades por ordem de preferência.

Dessa ponderação resulta o seguinte posicionamento das actividades:

- Actividade 2 - Conviver - 3547 pontos
- Actividade 5 - Ver televisão - 3186 pontos
- Actividade 1 - Passear no campo - 1917 pontos
- Actividade 7 – Dormir - 1805 pontos
- Actividade 4 - Leitura - 1034 pontos
- Actividade 3 - Ir à Praia - 889 pontos
- Actividade 6 - Passear no Estrangeiro - 620 pontos
- Actividade 10- Fazer Desporto - 527 pontos
- Actividade 9 - Ver Espectáculos - 261 pontos
- Actividade outra: Caça - 60 pontos
- Actividade 8 - Jogar no computador – 57 pontos
- Actividade outra: Pesca - 49 pontos
- Actividade outra: Termas - 15 pontos
- Outras actividades - 477 pontos
- Não sabe/ não responde - 1713 pontos

Com esta pontuação, verifica-se existir uma preferência por actividades sociais, como o Convívio, cerca de 22% dos valores ponderados, Ver Televisão (20%) para

entretenimento e informação, assim como de necessidades individuais como dormir e ler, com 11 e 6% da amostra, respectivamente.

De observar que a opção Passear no Campo, em 3º lugar (12%), e Ir à Praia, em 6º (6%), ficam numa situação bem melhor que a Caça, a Pesca e as Termas que alcançam valores muito baixos, embora no conjunto agreguem um total de 18%.

A escolha de Passear no Estrangeiro, pode implicar percursos isentos de amenidades como também as privilegiar, e por isso, a sua colocação em separado, ocupando o 7º lugar com 620 pontos, com 4% da pontuação.

De salientar que cerca de 11% dos valores provenientes das respostas dos inquiridos, são da opção não sabe ou não responde.

3.3.1.1- A Primeira actividade de lazer

Considerando todas as palavras, apenas as cinco palavras que apresentam valores mais elevadas vão ser analisadas para se saber como o agricultor as utiliza para definir a primeira actividade de lazer. Assim Conviver, mencionada por 35% dos agricultores, é a palavra que maior percentagem obteve, sendo assim a preferida por mais de um terço dos empresários. De seguida, surgiram Ver televisão e Passear no campo, com 15% cada, logo depois, Dormir e Ler, com 9% e 4%, respectivamente. Estes valores agregam 78% dos participantes do painel.

Ao analisarem-se estes resultados por região agrária e dimensão económica (Quadro 3.3.1.1.1), observa-se que os agricultores de todas as regiões aderem à actividade de Conviver, com maior incidência no Alentejo, Algarve e Trás os Montes. Ver televisão, é a situação mais mencionada pelos produtores que residem na Madeira, nos Açores e no Ribatejo e Oeste. Para esta última região, juntamente com o Entre Douro e Minho e Trás os Montes, o Passear no campo é importante. A opção de Dormir é preferida pela Beira Interior e Açores, e a de Ler, pela Beira Litoral e de novo Açores.

Por dimensão económica, as escolhas encontram-se na classe dos empresários de explorações com mais de 16 UDE, para a variante Conviver; A opção Ver Televisão, distribui-se quase uniformemente por todas as classes. Passear no campo é a escolha da classe de menor UDE como Dormir e Ler pela classe de 4 a 8 UDE.

Quadro 3.3.1.1.1- Primeira Actividade de lazer

	Conviver		Ver Televisão		Passear no Campo		Dormir		Leitura	
	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%
Região Agrária										
E- Douro Minho	57	36	21	13	30	19	9	6	8	5
Trás-os-Montes	85	41	15	7	34	16	12	6	5	2
Beira Litoral	30	32	7	7	6	6	8	9	7	7
Beira Interior	30	34	17	19	10	11	20	23	3	3
Ribatejo e Oeste	35	23	34	22	28	18	14	9	3	2
Alentejo	98	50	25	13	30	15	13	7	8	4
Algarve	22	43	10	20	4	8	2	4	0	0
R. A. da Madeira	11	26	13	31	5	12	4	9	2	4
R. A. Açores	23	21	26	24	13	12	16	15	8	7
Dimensão Económica										
<4 UDE	51	35	22	15	36	25	7	5	4	3
4 a <8 UDE	50	29	23	14	27	16	24	14	12	7
8 a < 16 UDE	98	32	47	15	51	16	29	9	9	3
16 a < 40 UDE	140	39	55	15	40	11	29	8	17	5
>= 40 UDE	52	43	20	17	11	9	9	7	2	2
Total	391	35	167	15	165	15	98	9	44	4

Quanto ao nível de instrução, verifica-se que o Convívio e o Dormir se distribuem por todas as classes. A Televisão é pouco vista pela classe com mais de 12ºano, que em compensação, apresenta mais hábitos de leitura. Por outro lado, Passear no campo é o que fazem os agricultores que pertencem à classe sem instrução (Anexo 8). O cruzamento com as classes etárias mostra que o Convívio é a actividade mais pretendida pelas classes intermédias de idade, com maior incidência da classe de 50 a 60 anos, sendo o Passear no Campo, a actividade da classe mais idosa, e Dormir, a preferência da classe mais nova.

Se se observar por nível de rendibilidade¹⁷, as três actividades mais escolhidas têm uma maior concentração percentual, na classe com nível de rendibilidade mais fraca. A classe intermédia apresenta uma percentagem semelhante à tendência, com excepção no Convívio, que é mais pretendida pela classe de rendibilidade mais elevada.

Um grupo de 19 agricultores não referencia nenhuma actividade de lazer, o que representa cerca de 2% da amostra inquirida.

¹⁷ Anexo 8

3.3.2- Assimilador de Resíduos: comprovação dos modos de tratamento

Como o ambiente é assimilador de resíduos, considerou-se necessário saber que destino levam os materiais que, sendo de uma maneira ou de outra, intervenientes no processo produtivo, posteriormente, não só têm um valor relativo, como também o agricultor despende tempo e dinheiro para deles se desfazer. Isso acontece porque nem todos os resíduos se encontram em condições de serem facilmente degradados pelo ambiente, ou porque a quantidade é tal que o ambiente não os consegue assimilar no seu devido tempo, provocando situações anormais. Surge, então, a necessidade de conhecer o modo de tratamento, efectuado pelos empresários agrícolas, aos resíduos produzidos pela sua actividade na agricultura.

Nesta secção do inquérito foram tratados exclusivamente os resíduos que sejam visualizados, que são completamente da sua responsabilidade, não havendo factores exteriores a intervirem no processo, como é o caso de plásticos flexíveis provenientes principalmente de abrigos, do vidro e das embalagens dos diversos produtos utilizados, do arame, de ráfias e atilhos sem esquecer os tijolos e materiais de construção. Os fertilizantes e pesticidas devido aos factores exteriores que intervêm nas suas decomposições, constituem um grupo de resíduos com características diferentes dos acima citados. Para o efeito, considerou-se os mais importantes aqueles que são uma consequência das diversas actividades e orientações técnicas foi criada uma listagem de modo a facilitar a sua apresentação ao agricultor. Para tentar cobrir todas as situações existentes na exploração, foi por outro lado averiguado o comportamento do agricultor face a um determinado resíduo, qual o tratamento dado, tendo sido elaborada outra lista com as opções de: queimar, enterrar, levar para a lixeira, deixar ficar no campo, reutilizar guardando e reciclando em locais próprios para isso.

As duas listagens, como se apresentam a seguir, foram organizadas de uma forma concentrada para a folha do instrumento de notação. A resposta, de escolha múltipla, permite que um mesmo resíduo possa ter mais de uma forma de tratamento, donde podem resultar valores superiores a 100% como também existe abertura para outros resíduos e modos de tratamento.

Tal como se tem vindo a fazer, sempre que se considere pertinente são apresentados os dados que são obtidos por cruzamento com algumas variáveis como a Região Agrária, a Orientação Técnica Económica, o Grupo Etário e o Nível de Instrução.

3.3.2.1-Modos de Tratamento dos Diversos Resíduos

Os resultados provenientes do modo de tratamento dos diversos resíduos vão ser expostos pela ordem como foi efectuada a pergunta ao agricultor.

3.3.2.1.1- Plásticos Flexíveis

Os resultados provenientes do resíduo - plástico flexível, mostram que 1017 empresas têm plásticos como resíduos e que o destino que lhes dão se discrimina da seguinte forma:

- Enterram - 47 empresas
- Queimam - 663 empresas
- Colocam na lixeira - 265 empresas
- Deixam ficar no campo - 63 empresas
- Reutilizam - 21 empresas
- Reciclam - 12 empresas

Estes resultados fornecem as seguintes percentagens: na primeira posição, queimar com 60% da amostra, seguidos de 24% dos agricultores que deixam ficar na lixeira, 6% que deixam ficar no campo e 4% que enterram. A reutilização e a reciclagem ficam com 2% e 1 % do painel, respectivamente. Outros modos de tratamento são assinalados por 7 agricultores (1%) e 88 empresas não têm esse resíduo.

Ao analisar o Quadro 3.3.2.1.1, observa-se o seguinte:

Por região agrária, verifica-se que todas as regiões apresentam Plásticos Flexíveis como resíduos, sendo com maior frequência queimados pelos agricultores das regiões de Entre Douro e Minho, Beira Litoral e Algarve; deixam ficar na lixeira, os produtores das regiões da Madeira e dos Açores; no campo, ficam os plásticos de Trás os Montes e da Madeira e são enterrados principalmente na Beira Interior. A reutilização e a reciclagem é feita por poucos agricultores, com algum peso nos Açores e na Beira Interior, para o primeiro caso e Beira Litoral, para o segundo caso.

Quadro 3.3.2.1.1- Plásticos Flexíveis

	Enterra		Queima		Lixeira		Campo		Reutiliza		Recicla	
	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%
Região Agrária												
E- Douro Minho	4	3	129	81	30	19	1	1	1	1	3	2
Trás-os-Montes	5	2	133	64	19	9	48	23	0	0	0	0
Beira Litoral	4	4	68	72	34	36	0	0	1	1	3	3
Beira Interior	14	16	52	58	20	22	3	3	4	4	1	1
Ribatejo e Oeste	6	4	89	58	25	16	0	0	0	0	1	1
Alentejo	12	6	99	50	57	29	0	0	6	3	2	1
Algarve	2	4	36	71	3	6	0	0	0	0	1	2
R. A. da Madeira	0	0	6	14	26	62	9	21	0	0	0	0
R. A. Açores	0	0	51	46	51	46	2	2	9	8	1	1
Orientação Técnica												
Grandes Culturas	3	3	55	63	19	22	0	0	2	2	0	0
Horticultura	10	11	54	60	20	22	3	3	1	1	2	2
Cult. Permanentes	5	2	160	63	52	21	7	3	2	1	3	1
Bovinos	4	1	174	61	78	27	27	9	11	4	3	1
Ovinos	12	9	79	57	33	24	10	7	2	1	3	2
Policultura	8	7	61	49	36	29	12	10	3	2	1	1
Agro-pecuária	3	3	74	70	22	21	4	4	0	0	0	0
Pecuária sem terra	2	11	6	33	5	28	0	0	0	0	0	0
Nível de Instrução												
Nenhuma/Sabe Ler	15	8	109	56	55	28	8	4	0	0	1	1
<= 9º ano	27	4	441	61	170	24	51	7	17	2	3	0
<12º ano	3	3	60	59	26	26	2	2	3	3	3	3
=> 12º ano	2	2	53	63	14	17	2	2	1	1	5	6
Total	47	4	663	60	265	24	63	6	21	2	12	1

Por Orientação Técnica Económica, os plásticos são principalmente queimados nas explorações orientadas para Agro-Pecuária. As percentagens de explorações em que os plásticos são depositados na lixeira, variam pouco embora com maiores valores para Pecuária sem terra, Policultura e Bovinos. São estas duas orientações técnicas que conjuntamente com os Ovinos, deixam ficar no campo, os ditos resíduos. São as empresas viradas para a Horticultura e para a Pecuária sem Terra, as que mais enterram.

Quando se analisa pelo nível de instrução, constata-se que os agricultores com menor instrução queimam e colocam no Lixo, enquanto que a classe dos mais instruídos é a que mais queima e recicla, mas é a que menos utiliza a lixeira.

Por grupo etário¹⁸, os mais novos deixam ficar mais no campo e as três classes com idade até 60 anos colocam mais o plástico na Lixeira. As duas classes com mais de 50 anos, queimam estes resíduos e a classe dos mais velhos enterra. Os agricultores que têm um fraco nível de rendibilidade queimam, enquanto que os de rendibilidade elevada

¹⁸ Anexo 9

levam para a lixeira ou deixam no campo e os têm um nível intermédio de rendibilidade, enterram e queimam (Anexo 9).

3.3.2.1.2- Vidros

A análise de resultados provenientes do resíduo - vidro, permite apurar, que 892 empresas utilizam vidros, e que tratam os respectivos resíduos da seguinte forma:

Enterram - 78 empresas

Queimam - 5 empresas

Colocam na lixeira - 590 empresas

Deixam ficar no campo - 28 empresas

Reutilizam - 40 empresas

Reciclam - 119 empresas

Convertendo estes valores em percentagem: na primeira posição, surgem os que levam para a lixeira, 53% dos agricultores, seguidos dos que fazem reciclagem, cerca de 11%. No entanto, cerca de 7% dos produtores enterram, enquanto que apenas 4% da amostra fazem a reutilização, 3% deixam ficar no campo e apenas 1% queima os vidros. A referência a outro destino a dar ao resíduo, é apontada por cerca de 6% das empresas e 213 empresas não produzem este resíduo.

Ao analisar o Quadro 3.3.2.1.2.1, verifica-se que:

Todas as regiões produzem este resíduo, mas deitam na lixeira, principalmente os produtores das regiões dos Açores, com 94% da respectiva amostra, da Madeira com 70%, e também os da Beira Litoral e Trás os Montes embora com valores mais baixos. A reciclagem faz-se, principalmente, nas regiões de Entre Douro e Minho e Ribatejo e Oeste. Os vidros são essencialmente enterrados, nas regiões de Entre Douro e Minho e Beira Interior mas a Madeira é a região que, em maior percentagem, o vidro fica no campo. A reutilização é feita quase unicamente e com bastante adesão na Beira Interior.

Por Orientação Técnica Económica, constata-se que a lixeira é o sítio mais procurado pelas explorações orientadas para Bovinos e Culturas Permanentes. No entanto todas as orientações reciclam, apesar de pouco e sem grande variação entre elas. O enterramento é mais praticado pelas empresas de especialização em Grandes Culturas e Agro- Pecuária; Deixam ficar no campo, principalmente as viradas para a Policultura e as que mais reutilizam são as explorações de Ovinos.

Quadro 3.3.2.1.2.1- Vidros

	Enterra		Queima		Lixeira		Campo		Reutiliza		Recicla	
	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%						

Região Agrária

E- Douro Minho	20	13	1	1	66	42	0	0	12	8	36	23
Trás-os-Montes	10	5	1	1	121	58	12	7	2	1	3	1
Beira Litoral	4	4	0	0	64	68	1	1	1	1	13	14
Beira Interior	12	13	2	2	39	44	3	3	17	19	13	15
Ribatejo e Oeste	12	8	1	1	70	45	1	1	1	1	27	18
Alentejo	18	9	0	0	74	38	0	0	5	3	24	12
Algarve	2	4	0	0	21	41	0	0	1	2	3	6
R. A. da Madeira	0	0	0	0	32	76	9	22	0	0	0	0
R. A. Açores	0	0	0	0	103	94	2	2	1	1	0	0

Orientação Técnica Económica

Grandes Culturas	10	11	0	0	35	40	0	0	0	0	8	9
Horticultura	7	8	1	1	48	53	4	5	3	3	10	11
Cult. Permanentes	18	7	1	0	151	60	6	2	11	4	25	10
Bovinos	11	4	1	0	178	62	5	2	8	3	32	11
Ovinos	11	8	1	1	62	45	2	2	13	9	16	12
Policultura	9	7	0	0	50	40	8	7	3	2	14	11
Agro-pecuária	11	10	1	1	56	53	2	2	2	2	12	11
Pecuária sem terra	1	6	0	0	10	56	1	6	0	0	2	11

Nível de Instrução

Nenhuma/Sabe Ler	17	9	0	0	102	52	11	6	4	2	11	6
<= 9º ano	51	7	4	1	409	56	15	2	26	4	75	10
<12º ano	5	5	1	1	45	45	1	1	5	5	15	15
=> 12º ano	5	6	0	0	34	40	1	1	5	6	18	21
Total	78	7	5	0	590	53	28	3	40	4	119	11

Por nível de instrução, verifica-se que a reciclagem e a reutilização aumentam com o nível de instrução. Os dois grupos, com instrução até o 9º ano, são os que mais levam para a lixeira, enterram e deixam no campo.

Por grupo etário, a utilização da lixeira é mais considerada pelas duas classes de menor idade. A reciclagem tem alguma incidência, no grupo de 50-60 anos ao passo que são os mais idosos os que mais enterram. A classe dos mais novos deixa ficar no campo¹⁹.

3.3.2.1.3- Embalagens

A análise de resultados provenientes dos tratamentos das embalagens, serve para verificar, que as 1063 empresas fazem o seguinte:

Enterram - 76 empresas

Queimam - 589 empresas

¹⁹ Anexo 10

Colocam na lixeira - 323 empresas

Deixam ficar no campo - 73 empresas

Reutilizam - 33 empresas

Reciclam - 19 empresas

A estes resultados correspondem as seguintes percentagens e sua ordenação: primeira posição os que queimam as embalagens, cerca de 53%, seguidos dos que deixam ficar na lixeira, cerca de 29%, 7% enterram, e outros tantos, deixam ficar no campo. A reutilização, é feita por 3% da amostra, mas apenas 2% do grupo recicla. Do painel, 42 empresas não têm este tipo de resíduo.

Observa-se (Quadro 3.3.2.3.1) que todas as regiões participam na utilização e tratamento das embalagens, sendo queimadas por agricultores de todas as regiões, mas com percentagens inferiores, nas regiões autónomas, que também preferem deitar as embalagens na lixeira.

Quadro 3.3.2.1.3.1- Embalagens

	Enterra		Queima		Lixeira		Campo		Reutiliza		Recicla	
	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%
Região Agrária												
E- Douro Minho	7	4	119	75	26	16	2	1	1	1	4	3
Trás-os-Montes	8	4	120	57	26	12	48	23	0	0	0	0
Beira Litoral	5	5	60	64	32	34	0	0	3	3	5	5
Beira Interior	14	16	34	38	25	28	3	3	21	24	2	2
Ribatejo e Oeste	19	12	95	62	36	23	0	0	0	0	2	1
Alentejo	16	8	104	53	61	31	4	2	6	3	4	2
Algarve	7	14	33	65	8	16	0	0	1	2	2	4
R. A. da Madeira	0	0	7	17	23	55	12	29	0	0	0	0
R. A. Açores	0	0	17	15	86	78	4	4	1	1	0	0
Orientação Técnica												
Grandes Culturas	4	5	60	68	24	27	0	0	1	1	0	0
Horticultura	16	18	46	51	20	22	4	4	1	1	2	2
Cult. Permanentes	18	7	163	64	54	21	10	4	11	4	3	1
Bovinos	8	3	112	39	125	44	29	10	4	1	7	3
Ovinos	16	12	65	47	36	26	13	9	10	7	3	2
Policultura	5	4	60	48	36	29	12	10	4	3	4	3
Agro-pecuária	7	7	74	70	21	20	5	5	2	2	0	0
Pecuária s/terra e div.	2	11	9	50	7	33	0	0	0	0	0	0
Total	76	7	589	53	323	29	73	7	33	3	19	2

São enterradas em maior percentagem na Beira Interior, Algarve e Ribatejo e Oeste; ficam no campo na Madeira e em Trás os Montes. A reutilização é feita na Beira Interior; a reciclagem tem pouca expressão em todas as regiões. Por Orientação Técnica Económica, a queima de embalagens é efectuada com maior significado, pelas empresas

orientadas para Agro-Pecuária e Grandes Culturas, e são colocados na Lixeira, nas explorações de Bovinos e Pecuária Sem Terra. Enterram, nas empresas ligadas à Horticultura, como no campo deixam ficar os agricultores especializados em Bovinos e Policultura. A reutilização é feita principalmente pelos produtores de Ovinos embora com fraca percentagem.

Por grupo etário, os dados salientam que são os mais velhos, aqueles que mais queimam, havendo um aumento progressivo à medida que se avança na idade. A deposição das embalagens na lixeira, é realizada preferencialmente pelos jovens, no entanto os mais idosos enterram as embalagens e os mais novos, deixam ficar no campo. A reutilização é feita pelos dois grupos de idade intermédia (Anexo 11).

Ao analisar os dados por nível de instrução²⁰, fica realçado que preferem queimar, os dois grupos com instrução até o 9º ano e a classe com 12º ou mais. Deixar na lixeira, é considerado pelos grupos com 9º a 12º ano e sem qualquer instrução. As duas classes com instrução até o 9º ano, preferem deixar ficar no campo, mas os dois grupos com mais do 9º ano, reutilizam e reciclam, e o enterramento tem uma maior participação da classe sem instrução.

3.3.2.1.4- Arame

Os resultados do modo de tratamento do arame, mostram que 823 empresas utilizam o arame da seguinte maneira:

- Enterram - 49 empresas
- Queimam - 13 empresas
- Colocam na lixeira - 327 empresas
- Deixam ficar no campo - 93 empresas
- Reutilizam - 278 empresas
- Reciclam - 49 empresas

Os resultados fornecem as seguintes percentagens: a primeira escolha com 30 % é colocar na lixeira, seguidos dos que deixam ficar na empresa para reutilizar (25%). Deixam ficar no campo 8% do painel, enquanto 4% dos produtores enterram, e outros tantos reciclam. Só 1% do grupo queima, cerca de 7% faz um tratamento diferente e 282 empresas não utilizam arame.

²⁰ Anexo 11

No Quadro 3.3.2.1.4.1, observa-se que todas as regiões contribuem com o seu modo de actuar face aos arames, sendo deixados na lixeira com maior frequência pelos produtores do Algarve e das regiões Autónomas. A reutilização é feita pelos produtores das regiões da Beira Interior logo seguidos pelos do Alentejo, Trás os Montes e Entre Douro e Minho. A reciclagem só tem importância no Entre Douro e Minho e o enterramento no Ribatejo e Oeste.

Quadro 3.3.2.1.4.1- Arame

	Enterra		Queima		Lixeira		Campo		Reutiliza		Recicla	
	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%
Região Agrária												
E- Douro Minho	3	2	1	1	50	31	2	1	47	30	30	19
Trás-os-Montes	2	1	1	1	29	14	39	19	64	31	0	0
Beira Litoral	4	4	1	1	9	10	3	3	18	19	3	3
Beira Interior	3	3	2	2	12	13	2	2	47	53	2	2
Ribatejo e Oeste	19	12	4	3	56	36	0	0	24	16	5	3
Alentejo	15	8	3	2	57	29	11	6	68	35	8	4
Algarve	2	4	0	0	31	61	1	2	0	0	0	0
R. A. da Madeira	1	2	0	0	21	50	13	31	0	0	0	0
R. A. Açores	0	0	1	1	62	56	22	20	10	9	1	1
Orientação Técnica												
Grandes Culturas	7	8	1	1	27	31	0	0	12	14	1	1
Horticultura	8	9	2	2	36	40	5	6	18	20	5	6
Cult. Permanentes	11	4	2	1	65	26	43	17	70	28	11	4
Bovinos	7	2	2	1	112	39	23	8	40	14	19	7
Ovinos	4	3	3	2	27	19	7	5	58	42	4	3
Policultura	6	5	1	1	27	22	4	3	39	31	8	6
Agro-pecuária	5	5	2	2	28	26	11	10	38	36	1	1
Pecuária s/terra e div.	1	6	0	0	5	28	0	0	3	17	0	0
Nível de Instrução												
Nenhuma/Sabe Ler	5	3	1	1	59	33	20	11	49	28	4	2
<= 9º ano	34	5	11	2	221	32	59	9	176	26	35	5
<12º ano	6	6	0	0	26	27	9	9	22	23	6	6
=> 12º ano	4	5	1	1	21	27	5	6	31	39	4	5
Total	49	4	13	1	327	30	93	8	278	25	49	4

São os dois grupos mais novos que colocam na lixeira e enterram o arame, como são os dois grupos mais velhos que o deixam ficar no campo e reutilizam. São os agricultores com idade entre 40 a 60 anos os que reciclam com maior incidência (Anexo 12).

3.3.2.1.5- Atilhos/ Ráfias

A análise de resultados provenientes dos resíduos atilhos/ráfias indica que, do painel, 880 empresas utilizam atilhos/ráfias, e tratam este resíduo da seguinte forma:

- Enterram - 40 empresas
- Queimam - 409 empresas
- Colocam na lixeira - 204 empresas
- Deixam ficar no campo - 70 empresas
- Reutilizam - 185 empresas
- Reciclam - 6 empresas

Calculando as percentagens a que correspondem estes valores vê-se que a primeira posição, queimar é a de 37% da amostra, seguida dos que deixam ficar na lixeira, (18%), ou na empresa para reutilizar, com cerca de 17% dos agricultores. Cerca de 6% dos entrevistados deixam ficar os atilhos no campo, , enquanto que 4% enterra. Cerca de 1% dos inquiridos dão outro destino aos atilhos e ráfias e 225 empresários não produzem estes tipos de resíduos.

Observa-se (Quadro 3.3.2.1.5.1) que todas as regiões agrárias produzem este tipo de resíduos que são queimados principalmente pelos agricultores do Algarve e Entre Douro e Minho. Deixar na lixeira, é mais a atitude dos produtores da região Autónoma dos Açores embora tenha algum significado na Madeira e Algarve. No campo ficam os atilhos provenientes das várias empresas da Madeira e a reutilização é muito assumida na Beira Interior, como também no Alentejo e nos Açores. O enterramento é quase todo feito pela região de Ribatejo e Oeste.

As empresas ligadas à Horticultura queimam mais os atilhos e ráfias e as de Bovinos, metem-nas na lixeira. A reutilização é feita principalmente pelas empresas orientadas para Ovinos, ficando no campo o material das empresas com Culturas Permanentes.

Quadro 3.3.2.1.5.1- Atilhos/Ráfias

	Enterra		Queima		Lixeira		Campo		Reutiliza		Recicla	
	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%						

Região Agrária

E- Douro Minho	3	2	80	50	33	21	0	0	18	11	0	0
Trás-os-Montes	1	0	83	40	16	8	29	14	18	9	1	1
Beira Litoral	2	2	25	27	9	10	3	3	5	5	1	1
Beira Interior	1	1	20	22	6	7	1	1	45	51	0	0
Ribatejo e Oeste	28	18	63	41	16	10	12	8	4	3	0	0
Alentejo	2	1	71	36	44	22	7	4	69	35	3	2
Algarve	3	6	29	57	12	24	0	0	1	2	0	0
R. A. da Madeira	0	0	16	38	11	26	14	33	0	0	0	0
R. A. Açores	0	0	22	20	57	52	4	4	25	23	1	1

Orientação Técnica

Grandes Culturas	2	2	38	43	15	17	3	3	16	18	0	0
Horticultura	6	7	46	51	17	19	5	6	8	9	1	1
Cult. Permanentes	19	8	101	40	36	14	41	16	28	11	1	0
Bovinos	2	1	99	34	83	29	4	1	43	15	2	1
Ovinos	1	1	38	27	19	14	1	1	43	31	0	0
Policultura	0	0	37	30	21	17	6	5	26	21	1	1
Agro-pecuária	10	9	45	42	10	9	8	8	21	20	1	1
Pecuária s/terra e div.	0	0	5	28	3	17	2	11	0	0	0	0
Total	40	4	409	37	204	19	70	6	185	17	6	1

Por grupo etário²¹, a queima e a reutilização, encontram-se generalizadas por todas as classes. Há uma maior adesão dos mais novos para a entrega na lixeira, que vai diminuindo com o avanço da idade, é deixado no campo pelo grupo mais velho, tendo estas duas últimas situações valores bastante baixos. Por nível de Instrução, os tratamentos distribuem-se pelas diversas classes, no entanto é de salientar que, queima menos e recicla mais, a classe mais instruída ao passo que para a lixeira vão principalmente os resíduos da classe sem instrução.

3.3.2.1.6- Tijolos/ Material de construção

A análise de resultados provenientes do resíduo - tijolo/ material de construção, permite verificar que 738 empresas têm desperdícios de material de construção/ tijolos, e tratam-no da seguinte forma:

Enterram - 54 empresas

Queimam - 5 empresas

Colocam na lixeira - 194 empresas

Deixam ficar no campo - 78 empresas

²¹ Anexo 13

Reutilizam - 356 empresas

Reciclam - 12 empresas

Os dados fornecem as seguintes percentagens: a primeira posição é dos que deixam ficar na empresa para reutilizar, cerca de 32% da amostra; na lixeira fica o material de 18% dos agricultores. Das restantes formas de tratamento, constata-se que deixam ficar no campo, cerca de 7% dos produtores, enquanto que 5% enterra e 1% recicla. Cerca de 6% da amostra dá outro destino e 367 empresas não têm este tipo de resíduo.

Todas as regiões têm materiais de construção/ tijolos como resíduos (Quadro 3.3.2.1.6.1), sendo mais reutilizados principalmente pelos agricultores da Beira Interior, Entre Douro e Minho e Alentejo. Deixam ficar na lixeira, os produtores das regiões Autónomas e do Algarve, mas esta última também deixa ficar no campo, tal como a região de Trás os Montes. Enterram os tijolos e os materiais de construção, os agricultores do Ribatejo e Oeste principalmente.

Quadro 3.3.2.1.6.1- Tijolos/Material de Construção

	Enterra		Queima		Lixeira		Campo		Reutiliza		Recicla	
	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%
Região Agrária												
E- Douro Minho	1	1	1	1	3	2	1	1	93	58	5	3
Trás-os-Montes	8	4	0	0	41	20	40	19	29	14	1	0
Beira Litoral	6	6	0	0	5	5	13	14	5	5	3	3
Beira Interior	4	4	2	2	5	6	3	3	69	78	0	0
Ribatejo e Oeste	27	18	1	1	9	6	0	0	48	31	0	0
Alentejo	2	1	0	0	19	10	6	3	91	46	3	2
Algarve	3	6	0	0	18	35	11	22	1	2	0	0
R. A. da Madeira	1	2	0	0	35	83	2	5	2	5	0	0
R. A. Açores	2	2	1	1	59	54	2	2	18	16	0	0
Orientação Técnica												
Grandes Culturas	10	11	0	0	8	9	2	2	26	30	1	1
Horticultura	12	13	1	1	24	27	2	2	20	22	1	1
Cult. Permanentes	9	4	0	0	53	21	41	16	75	30	2	1
Bovinos	7	2	2	1	74	26	7	2	89	31	2	1
Ovinos	6	4	2	1	14	10	8	6	63	45	1	1
Policultura	2	2	0	0	8	6	7	6	43	35	3	2
Agro-pecuária	6	6	0	0	10	9	8	8	36	34	2	2
Pecuária s/terra e div.	2	11	0	0	3	7	3	17	4	22	0	0
Total	54	5	5	0	194	18	78	7	356	32	12	1

As percentagens dos agricultores que reutilizam estes resíduos variam pouco com as várias orientações técnicas se bem que sejam as empresas de Ovinos as que mais reutilizam, mas na lixeira são deixados estes resíduos das explorações viradas para a

Horticultura e Bovinicultura. No campo, ficam os resíduos provenientes de empresas ligadas à Pecuária Sem Terra e Culturas Permanentes. Horticultura, Grandes Culturas e Pecuária sem Terra apresentam a mesma percentagem de agricultores que enterram materiais de construção.

A reutilização é feita com incidência pelos três grupos com mais idade, e a utilização da lixeira cresceu à medida que a idade diminuiu, mas o contrário acontece com o deixar ficar no campo. Os dois grupos mais novos também enterram os tijolos e material de construção (Anexo 14). Por nível de instrução, a reutilização é mais apontada pelos três grupos com instrução. A utilização da lixeira, fica distribuída pelas várias classes, mas com menor adesão da classe mais instruída ao passo que o grupo sem instrução é o que mais deixa ficar no campo.

3.3.2.1.7- Outros Resíduos

Outros resíduos foram indicados pelos agricultores que constituem o painel mas sem grande frequência, excepto o caso de DEJECTOS, que apresenta de uma forma sintética as seguintes características: doze agricultores, provenientes da região agrária da Beira Litoral, indicam o seguinte: dez produtores largam os dejectos no campo, um enterra e um outro disse ser de outra forma, sendo de Orientação Técnica ligada a Bovinicultura, nove empresas, e uma de Policultura. Com orientação para a Agro-Pecuária, um agricultor enterra e um entrevistado de Pecuária sem Terra referiu uma outra situação omissa.

3.3.3- Fornecedor de recursos: classificação dos modos de utilização

Como foi salientado anteriormente, o ambiente é fornecedor de recursos que intervêm directamente na agricultura como por exemplo: suporte físico, compostos químicos, energias, enfim, uma série de meios utilizados pelo empresário conforme os seus próprios objectivos. Também já foram realçados os diversos avanços e recuos da Política Agrícola Comum e conseqüentemente do seu reflexo no ambiente, encontrando-se neste momento as Medidas Agro-Ambientais como uma alavanca para desenvolver e dinamizar opções consideradas mais correctas.

Deste modo, pretendeu-se perceber como o agricultor posiciona, utiliza, trata os recursos provenientes do ambiente e assim comprovar os modos da sua utilização.

Agregaram-se para esse fim, alguns dos grandes objectivos enunciados nas medidas agro-ambientais²², que vigoravam na altura em que se começou a desenvolver o trabalho, sem todavia haver coincidência completa com esses objectivos, sendo cerca de doze situações e perguntou-se detalhadamente, qual o comportamento que o agricultor tinha, quando necessitava de utilizar recursos definidos, ao servir-se do ambiente para a sua actividade agrícola. Estas situações foram enunciadas para seleccionar e determinar o modo de utilização dos recursos. Deram-se ao agricultor três hipóteses de escolha do modo de procedimento de como utiliza os recursos: se o faz bem, afirmativamente, se faz de uma forma razoável, umas vezes bem outras mal, ou se não faz correctamente, sendo negativa a posição. No instrumento de notação, foram listadas doze frases, com as respectivas colunas para assinalar os três níveis de opção, mediante o comportamento frente aos recursos, como a seguir se apresenta. As frases deveriam ser expostas ao inquirido, uma a uma, e no caso de ausência da actividade determinante daquela situação, a ocorrência era marcada na quarta e última coluna que também servia para o caso da situação de não saber ou não querer responder, como de seguida se apresenta.

Estes dados foram cruzados com algumas variáveis de partida tais como Região Agrária, Idade, Instrução e Dimensão Económica.

Para as Regiões Autónomas o instrumento de notação foi adaptado tendo em consideração as características deste tipo de medidas de política na região.

Devido à semelhança dos objectivos e ao número reduzido de respostas nessas medidas, os apuramentos foram tratados em conjunto.

3.3.3.1- O modo de utilização do ambiente pelo agricultor

Para a análise dos dados, agruparam-se as situações conforme as suas afinidades, originando assim os grupos seguintes:

Área Agrícola –Onde são focados os objectivos da diminuição do efeito poluente da agricultura com:

- a) os tratamentos utilizados de uma forma racional com a adesão ao Sistema de Avisos que estão enquadrados na luta química aconselhada,
- b) os tratamentos limitados à altura em que se verifica um Nível Económico de ataque²³, que são permitidos numa protecção integrada,

²² DGDR- Medidas Agro-Ambientais– Novo Programa de Aplicação Em Portugal Continente– Épocas 1998 e 1999 -Ed. DGDRural– Lisboa, 1998.

²³ Situação que acontece quando os inimigos das culturas atingem tal volume que começam a criar problemas económicos: nível económico de ataque e aí inicia o tratamento

c) a utilização recomendada de produtos químicos, Concentração Química, com conjugação de protecção integrada e adubos que são determinados na produção integrada,

d) a compatibilização entre a Actividade Agrícola e a preservação do Meio Ambiente, que é uma aproximação da luta biológica;

Área Agro-Pecuária – Onde são centrados os diversos casos referentes à extensificação e/ou manutenção de sistemas agrícolas tradicionais como:

a) os Sistemas Tradicionais de Policultura associados à pecuária, com os diversos sistema de exploração,

b) os Prados Espontâneos e Lameiros, com os seus critérios especiais de exploração,

c) a manutenção de Prados Permanentes plurianuais e Pastagens Naturais, em sistemas de produção de culturas forrageiras extensivas,

d) a manutenção da criação de Raças autóctones em perigo de Extinção dentro do apoio à manutenção de raças autóctones ameaçadas de extinção;

Áreas em Geral – Onde são agregados as diversas situações em:

a) as Culturas Permanentes (a exploração das pomares tradicionais como o olival tradicional, o figueiral de Torres Novas, as vinhas em socalcos do Douro, as fruteiras de variedades regionais, os pomares tradicionais de sequeiro do Algarve e os amendoais tradicionais de sequeiro),

b) a manutenção dos Montados de Azinho/ manutenção de incultos e terras agrícolas e florestais abandonadas,

c) a recuperação/ manutenção das Manchas Florestais onde se englobaram as diversas situações florestais : conservação dos recursos e da paisagem natural, manutenção de superfícies florestais complementares de explorações agrícolas, preservação de maciços de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones e a manutenção de terras agrícolas no interior das manchas florestais,

d) os Cuidados a ter com a Água de Lavagem dos recipientes utilizados ou com as perdas de Água de Rega, devido a algumas situações que são consideradas alarmantes, com a criação de zonas sensíveis, referenciadas pela água.

3.3.3.1.1- Área Agrícola

Quando se analisa o comportamento dos produtores agrícolas, na utilização dos recursos ambientais e factores externos que podem alterar as condições do ambiente existente, verifica-se que entre 27 a 49% dos inquiridos, considera que o fazem bem, de uma forma correcta. Cerca de 25 a 36% da amostra, disse que o seu modo de acção face às substâncias introduzidas no ambiente é razoável. Mas 9 a 32% do painel, assume que faz mal, incorrectamente a utilização do ambiente, para a produção agrícola. Cerca de 10 a 21% dos inquiridos não dá qualquer resposta, quer por não saber, quer por não querer ou ainda por não ter as actividades em questão.

De uma forma mais detalhada e pormenorizada pelas diversas variáveis cruzadas, observam-se as seguintes situações (Quadro 3.3.3.1.1.1):

Quando se pergunta se os tratamentos fitossanitários são feitos nas épocas certas, conforme a indicação do Sistema de Avisos - para aqueles que podem usufruir do sistema - ou por indicação dos técnicos, cerca de 41% da amostra disse fazer como é recomendado, sendo as regiões dos Açores e Algarve as que detêm valores mais elevados, 61% e 49% respectivamente, mas 10% refere que faz mal, principalmente as regiões de Entre Douro e Minho e Beira Interior, com cerca de 21% dos seus efectivos, enquanto que fazem de uma forma mais ou menos correcta, cerca de 28% dos que têm actividades que implicam tratamentos, com a Madeira a apresentar cerca de 57% dos seus efectivos.

A situação em que se faz a aplicação de tratamentos só quando aparecem as doenças no Nível Económico de ataque, é recusada por 32% da amostra, com Beira Interior, 48% e Entre Douro e Minho (47%). Cerca de 27% do painel cumpre os quesitos, principalmente nas regiões dos Açores, 41% e Algarve (39%). No entanto, cerca de 25% dos agricultores comporta-se de uma forma moderada (maior incidência na Madeira).

Para a correcta utilização de substâncias activas, fitofármacos ou adubos, é necessário que os níveis de Concentração Química utilizados sejam os recomendados, quer pelos rótulos, quer pelos técnicos, ao que 47% dos inquiridos diz seguir a prescrição, principalmente os Açores com 67%, Entre Douro e Minho com 60% e Beira Litoral com 54%. No entanto, cerca de 36% do painel faz as suas próprias doses, como acontece no Algarve com 55%, Madeira, Beira Interior, Ribatejo e Oeste e Alentejo,

com valores entre 40 e 50%. Mas fazem incorrectamente e assumem isso, cerca de 7%, mais centrados na Madeira e Beira Interior.

À questão da compatibilidade entre a actividade Agrícola da exploração e a preservação do meio Ambiente, cerca de 49% da amostra considera existir essa interacção, principalmente o Entre Douro e Minho (64%) e Alentejo (55%). Contudo, 28% do painel assume que por vezes falha, mas no cômputo geral é razoável, como acontece no Algarve com 47% e no grupo formado por Beira Interior, Alentejo e Ribatejo e Oeste, (valores superiores a 31%) e cerca de 9 % do grupo disse não haver prática de compatibilidade, como é o caso da Madeira, 31%, da Beira Interior e do Algarve, com 20% cada.

Quadro 3.3.3.1.1.1- Níveis de comportamento na utilização por área agrícola

	Tratam./Sistema Avisos			Trat.Doenças/Nível Ec.			Concentração Química			A.Agrícola/M.Ambiente		
	%			%			%			%		
	Bem	Mal	Assim	Bem	Mal	Assim	Bem	Mal	Assim	Bem	Mal	Assim
Região Agrária												
E- Douro e Minho	46	21	23	24	47	20	60	13	24	64	6	22
Trás-os-Montes	30	4	31	23	22	43	35	12	30	37	3	25
Beira Litoral	42	4	12	36	16	9	54	0	27	52	5	11
Beira Interior	25	21	43	11	48	28	35	14	46	42	20	37
Ribatejo e Oeste	42	8	37	36	31	28	43	5	47	52	10	31
Alentejo	45	7	17	21	34	13	48	2	41	55	5	33
Algarve	49	6	41	39	19	29	41	2	55	28	20	47
R. A. da Madeira	31	5	57	26	12	55	24	17	50	26	31	31
R. A. Açores	61	14	25	41	37	20	67	2	29	52	8	27
Grupo Etário												
<= 40 ANOS	41	11	28	34	27	27	45	9	35	50	8	28
40 a <=50 ANOS	41	11	29	27	33	25	45	7	36	52	9	26
50 a <=60 ANOS	44	10	26	23	33	29	45	5	43	50	7	29
> 60 ANOS	40	9	30	26	33	22	52	7	33	45	10	30
Dimensão Económica												
<4 UDE	43	7	37	21	35	32	48	9	39	55	6	24
4 a <8 UDE	39	9	29	31	32	21	50	7	33	50	6	30
8 a < 16 UDE	37	10	30	24	29	30	44	6	40	48	8	28
16 a < 40 UDE	42	10	27	28	32	24	44	8	36	47	11	26
>= 40 UDE	50	12	17	36	35	15	56	5	30	46	9	36
Total Exp %	41	10	28	27	32	25	47	7	36	49	9	28
Total Explorações	454	109	313	302	351	281	517	77	401	540	95	310
Não faz/não responde	21%			16%			10%			14%		

Ainda observando o Quadro 3.3.3.1.1.1, verifica-se pequena variação das percentagens por classe etária relativamente a cada uma das opções face ao Sistema de Avisos. Também se verifica que pequena interacção da classe etária com o tratamento das doenças em função do nível económico se bem que as classes de mais idade pareçam ser menos sensíveis. A classe mais velha tem um melhor posicionamento na boa utilização das concentrações químicas. Por outro lado, observa-se que a classe de maior dimensão económica utiliza bem o Sistema de Avisos, o Nível Económico de

ataque e a Concentração Química, mas apenas chega ao razoável na relação Agricultura e Ambiente. Esta situação é bem conseguida pela classe de menos de 4 UDE, que têm percentagens acima da média de comportamento razoável, nas restantes posições.

A resposta por nível de instrução²⁴ mostra que são as classes com mais do 9º ano, que têm melhor comportamento em relação à utilização do Sistema de Avisos, da Concentração Química e relação Agricultura e Ambiente.

Quanto ao Nível Económico, é a classe com mais do 9º ano e menos do 12º ano, que faz os tratamentos de um modo adequado. De salientar, que a classe sem instrução percorre todas as situações com elevados valores para comportamento razoável.

3.3.3.1.2- Área Agro-Pecuária

Questionados os empresários, no que toca a uma perspectiva agro-pecuária sobre os recursos ambientais, manuseamento e a utilização de diversos factores, que podem alterar as condições ambientais existentes, 11% a 30% dos inquiridos considera que fazem bem mas 6% a 16% do painel disse fazer de uma forma razoável; 5% a 9% assume que faz mal os diversos pressupostos para a produção agro-pecuária. Nestas opções, observa-se um elevado número de não respostas devido à especificidade das questões.

Analisando de uma forma pormenorizada (Quadro 3.3.3.2.1.1) detecta-se que:

Os sistemas de Policultura, segundo os próprios, são bem feitos no Alentejo, como nas Beiras, numa situação intermédia na Madeira e Beira Interior, e são mal conduzidos nas regiões do Algarve e da Madeira. Os Prados e Lameiros são bem tratados na Beira Litoral, mal na Madeira e no Algarve, e de uma forma regular na Beira Interior. Sucede praticamente o mesmo nos Prados Permanentes e Pastagens naturais, mas neste caso são os Açores a região a tratar bem, com cerca de 62%. As Raças em Extinção são mais cuidadas no Ribatejo e Oeste e Beira Interior, com algum cuidado na Madeira e sem nenhum no Algarve.

Por dimensão económica, os Sistemas Tradicionais, são bem cuidados pelas classes de 4-8 UDE e mais de 40 UDE, mas os Prados e Lameiros, são citados com maior percentagem, nos seus três comportamentos pela classe de menor UDE, e de maior UDE na opção de um mau comportamento. Os Prados e Pastagens Permanentes tiveram uma distribuição relativamente homogénea, com excepção da classe de maior

²⁴ Anexo 15

UDE, que tanto participa na opção positiva como negativa, de uma forma mais acentuada. Para o caso das Raças em Extinção, não há cuidados, na classe de maior UDE, com maior intensidade.

Quadro 3.3.3.1.2.1- Níveis de comportamento na utilização na área agro-pecuária

	S. Trad. Policultura %			Prados Esp. Lameiros %			Prados Perm. Past Nat. %			Raças em Extinção %		
	Bem	Mal	Assim	Bem	Mal	Assim	Bem	Mal	Assim	Bem	Mal	Assim
Região Agrária												
E- Douro Minho	33	4	13	6	3	5	15	1	9	8	6	6
Trás-os-Montes	20	8	18	18	16	16	15	11	17	11	2	12
Beira Litoral	46	3	4	40	3	10	37	2	12	4	1	1
Beira Interior	43	8	33	19	12	35	30	11	34	23	8	5
Ribatejo e Oeste	12	3	16	6	0	3	1	1	3	29	0	3
Alentejo	52	3	14	11	6	11	34	2	12	17	3	5
Algarve	6	37	0	2	35	0	0	35	4	0	35	0
R. A. da Madeira	10	36	38	0	50	19	2	41	14	21	14	26
R. A. Açores	28	11	13	0	0	0	62	7	26	14	1	2
Dimensão Económica												
<4 UDE	26	7	18	19	14	16	19	8	17	7	3	5
4 a <8 UDE	36	5	18	15	10	8	25	8	12	16	4	6
8 a < 16 UDE	31	6	16	10	5	10	20	5	16	15	2	9
16 a < 40 UDE	27	12	14	8	10	9	25	9	13	16	5	5
>= 40 UDE	36	9	15	9	14	13	27	12	11	17	13	4
Total Exp %	30	8	16	11	9	11	23	8	14	15	5	6
Total Explorações	334	90	174	125	103	117	254	86	154	160	52	66
Não faz/não responde	46%			69%a)			55%			74%		

a) Cerca de 11% é proveniente dos Açores que não responderam a esta questão

Por classe etária²⁵, o comportamento verificado é o seguinte: os três níveis de actuação são distribuídos por todas as classes, com sensivelmente os mesmos valores, para Sistemas de Policultura, Prados Espontâneos e Raças em Extinção, neste último caso com uma ligeira concentração da classe mais jovem no bem fazer. A excepção é para os Prados Permanentes, onde a classe mais velha, participa de uma forma reduzida. Por nível de instrução, os Sistemas Policulturais são conduzidos de uma forma adequada pela classe mais instruída e razoavelmente pelos indivíduos sem instrução; nos Prados e Lameiros, os valores distribuem-se pelas classes uniformemente, apenas a classe de mais de 12º ano é mais consciente de que faz mal. Os Prados e Pastagens naturais, são cuidados pelos agricultores com menor instrução, de bem a moderado. Nas Raças em Extinção, o maior cuidado é tido pela classe com maior nível de instrução e de uma forma moderada pela classe sem instrução, classe esta que mostra uma tendência na escolha do meio termo para todas as situações mencionadas.

²⁵ Anexo 16

3.3.3.1.3- Áreas em Geral

Quando se estudam os dados fornecidos pelos agricultores para as áreas em geral, que podem alterar as condições existentes, observa-se que 9% a 35% dos inquiridos, considera que trata de uma forma correcta as diversas situações propostas, no entanto cerca de 7% a 20% do painel faz de uma forma razoável e um grupo de 4 a 6% assume que os faz incorrectamente. Nas áreas em geral, predominam questões de âmbito circunscrito, donde resulta, logo à partida, uma elevada taxa de não respostas.

De uma forma mais detalhada (Quadro 3.3.3.1.3.1), constata-se que as Culturas Permanentes são bem manuseadas pelas regiões de Trás os Montes (49%) e Beira Interior (36%), mal no Algarve (22%) e numa situação intermédia, de novo a Beira Interior e o Algarve; os Montados de Azinho são bem tratados no Alentejo e Beira Interior, mal no Algarve e razoavelmente também no Alentejo.

Quadro 3.3.3.1.3.1- Níveis de comportamento na utilização de recursos nas áreas em geral

	Cult. Permanentes			Montado de Azinho ²⁶			Manchas Florestais			C. Água Lavagem/Rega		
	%			%			%			%		
	Bem	Mal	Assim	Bem	Mal	Assim	Bem	Mal	Assim	Bem	Mal	Assim
Região Agrária												
E- Douro Minho	22	1	8	0	0	1	6	10	19	31	9	23
Trás-os-Montes	49	1	15	3	0	9	6	1	15	27	5	25
Beira Litoral	27	1	7	1	1	1	34	0	4	37	1	6
Beira Interior	36	3	35	16	3	2	24	5	11	36	7	39
Ribatejo e Oeste	27	1	15	4	0	1	2	0	1	55	2	9
Alentejo	23	6	21	26	1	20	16	2	11	30	2	21
Algarve	4	22	33	2	35	4	0	35	0	55	0	28
R. A. da Madeira	5	14	17	2	14	17	17	14	24	38	14	41
R. A. Açores	16	7	6	11	9	8	33	10	14	18	6	5
Nível de Instrução												
Ler e escrever	22	5	16	11	3	9	9	3	20	25	4	32
<= 9º ano	27	3	16	7	3	6	16	6	9	36	4	17
<12º ano	35	5	16	7	8	6	11	7	12	41	6	22
=> 12º ano	35	5	16	20	5	16	21	4	10	41	7	20
Total Exp %	27	4	16	9	4	7	14	6	11	35	5	20
Total Explorações	302	44	178	94	41	80	152	61	122	382	50	221
Não faz/não responde	53%			80%			69%			40%		

²⁶ Nos Açores e na Madeira a questão foi sobre a manutenção de incultos e terras agrícolas e florestais abandonadas

No que se refere às Manchas Florestais no interior das explorações, a Beira Litoral e os Açores são as regiões que melhor tratam, com mais de 33%, no entanto o Algarve trata mal e a Madeira e o Entre Douro e Minho têm um comportamento intermédio. Nos cuidados a ter com as Águas de Lavagem e de Rega, são mais cuidadosos os agricultores do Algarve e Ribatejo e Oeste, com 55%; têm algum cuidado, os da Beira Interior mas detecta-se que a Madeira apresenta percentagens elevadas nos três comportamentos

O nível de instrução tem alguma influência na correcta utilização das Culturas Permanentes e Águas Lavagem/Rega, sendo o comportamento correcto nas duas classes com mais do 9º ano. Só a classe com o 12º ano ou mais, faz uma manutenção boa das Manchas Florestais e boa ou razoável no Montado de Azinho. O comportamento intermédio é a posição dos que apresentam um nível de instrução inferior, principalmente nas Manchas Florestais e Águas de Rega ou Lavagem. Os diversos comportamentos por classe etária²⁷ são de regular a bom, na manutenção das Culturas Permanentes para os dois grupos mais velhos; a utilização dos Montados de Azinho, as Manchas Florestais e as Águas utilizadas, ficam distribuídas pelas classes de um modo quase uniforme. Por dimensão económica, a utilização dos recursos é feita de um modo conveniente, pelas empresas orientadas para as Culturas Permanentes; a classe de menor dimensão é a que apresenta maior percentagem de bom comportamento relativamente aos Cuidados a ter com a Água. A classe com mais de 40 UDE tem uma posição com valores algo elevados nos três níveis em todas as áreas, excepto as que se referem às Águas, onde é baixa a percentagem dos que fazem mal.

²⁷ Anexo 17

3.4- Opinião sobre as medidas agro-ambientais

Ao abordar o tema das medidas agro-ambientais, procurou-se saber, primeiramente se os agricultores as conhecem ou se já tinham ouvido falar delas. Caso a resposta fosse afirmativa era-lhes perguntado como é que as classificavam, oferecendo, por leitura, um leque de frases, entre as quais deveriam escolher as que melhor se adequavam à sua forma de pensar, sendo possível dar várias sugestões, pois tratava-se de uma pergunta com resposta múltipla. Foram as seguintes as frases apresentadas:

Como se tem vindo a fazer, os resultados obtidos foram cruzados de seguida com as variáveis que se consideraram mais pertinentes: Região Agrária, Rendibilidade Económica, Dimensão Económica, Nível de Instrução e Grupo Etário.

3.4.1- Vários significados das Medidas Agro-Ambientais

Perante a pergunta: *já ouviu falar em medidas agro-ambientais?*, verifica-se que 12% dos empresários contactados não ouviram falar das medidas agro-ambientais. Dos restantes, que já tinham tido qualquer tipo de contacto com essas medidas, das respostas ao que elas pretendiam ser observam-se os seguintes resultados:

- São subsídios para a agricultura - 461 citações
- É para melhorar o ambiente com a agricultura - 430 citações
- É um rendimento para o agricultor - 244 citações
- É um contrato de compromissos entre o agricultor e o estado - 202 citações
- É uma forma de pagamento para não trabalhar na agricultura - 27 citações

Estes valores são obtidos a partir de 975 produtores agrícolas, que assinalam 1364 hipóteses, pelo que a cada agricultor corresponde 1,4 respostas.

Considerando apenas 975 conhecedores das medidas agro-ambientais obtiveram-se as seguintes percentagens:

- São consideradas como subsídios por cerca de 47% dos entrevistados e como um meio para melhorar o ambiente, por cerca de 44% da amostra.

- Por outro lado, são tidas como um rendimento para o agricultor, por 25% dos inquiridos, mas 21% dizem ser um contrato entre o agricultor e a administração, para beneficiar o ambiente.

Se, se agregarem os resultados obtidos, verifica-se que não há uma grande diferença entre o número de inquiridos que consideram as medidas agro-ambientais principalmente uma fonte de rendimentos (705 escolhas) e os que lhes atribuem fins ambientais, (692 dos inquiridos).

Considerando os 130 agricultores que não ouviram falar das medidas, e que representam 12 % da amostra, a sua distribuição no espaço, é a seguinte:

As regiões de Trás os Montes, as Beiras com o Algarve, apresentam os valores mais baixos para o desconhecimento com menos de 5 empresários. Na região de Entre Douro e Minho, esse número eleva-se para 18 agricultores representando cerca de 11%; no Alentejo para 20 empresários (10%) e nos Açores para 17 (16%), constituindo valores intermédios, em relação aos indicados por Ribatejo e Oeste 42 (27%) e Madeira, 22 (52%).

Ao se analisar o Quadro 3.4.1.1,²⁸ as medidas agro-ambientais, são consideradas por grande parte dos produtores como um subsídio para a agricultura (42%), sendo que por região agrária, verifica-se que apresentam valores acima do valor da tendência observada, Trás os Montes com cerca de 79% dos agricultores e Beira Litoral, com 47%. Cerca de 39% refere ser uma forma de melhorar o ambiente, com maior incidência para os Açores com 51% dos inquiridos, ficando o Alentejo, Entre Douro e Minho e Ribatejo e Oeste, com valores iguais ou superiores a 46%. Também cerca de 22% dos empresários, considera ser um rendimento ao agricultor, estando distribuídos por Algarve, Beira Litoral e Trás os Montes com valores superiores a 34%; é de notar os baixos valores da Madeira e do Ribatejo e Oeste. Para cerca de 18% do painel as medidas agro-ambientais são um contrato de compromissos entre o agricultor e a administração, sendo 36% dos resultados da Beira Interior. Encontra-se ainda 2% que referencia ser uma forma para não se trabalhar na Agricultura, sendo a região do Alentejo com maior valor, logo seguida da Madeira e Beira Interior.

Por nível de rendibilidade, as medidas tidas como subsídios, concentram-se na classe de rendibilidade mais fraca e como uma forma de melhorar o ambiente, na classe mais rendível. Por outro lado, à medida que cresce a rendibilidade aumenta o valor para o argumento de ser um contrato de compromissos, como também a escolha de ser uma medida para melhorar o ambiente. As escolhas de um rendimento para o agricultor e de uma forma de pagamento para não trabalhar na agricultura encontram-se distribuídas de uma forma quase uniforme por todas as classes.

²⁸ Neste quadro as percentagens são calculadas com base no número total de inquiridos(1105)

Escolhem como subsídio, as duas classes de dimensão económica mais baixas, até 8 UDE, com valores iguais ou superiores a 44%. As várias classes de dimensão económica consideram mais ou menos de forma uniforme as medidas agro-ambientais como um contrato, com excepção da classe de menor dimensão, apenas com 9%. Esta classe também considera de uma forma mais reduzida do que as restantes ser para o melhoramento do ambiente (apenas 26% dos seus efectivos). Para a opção de ser um rendimento para o agricultor não há uma grande variabilidade embora seja a escolha dominante das três classes intermédias, ser um pagamento para não trabalhar a agricultura, e considerada pelos 25 empresários das três classes de maior dimensão.

Quadro 3.4.1.1- Significados das Medidas Agro-Ambientais

	Subsídios para a agricultura		Pagamento p/ não trabalhar agricul.		Contrato de compromissos		Melhorar o ambiente		Rendimento para agricultor	
	Nº exp.	%	Nº exp.	%	nº exp.	%	%	Nº exp.	Nºexp	%
Região Agrária										
E. Douro Minho	51	32	1	1	41	26	73	46	27	17
Trás-os-Montes	166	79	1	1	31	15	53	25	71	34
Beira Litoral	44	47	1	1	19	20	28	30	36	38
Beira Interior	36	40	4	5	32	36	29	33	20	23
Ribatejo e Oeste	41	27	0	0	8	5	70	46	12	8
Alentejo	78	40	15	8	52	26	95	48	37	19
Algarve	5	10	0	0	7	14	21	41	20	39
R. A. da Madeira	9	21	3	7	0	0	5	12	1	2
R. A. Açores	31	28	2	2	12	11	56	51	20	18
Nível de Rendibilidade										
<= 0.5	102	46	2	1	31	14	77	35	41	19
0.5 a <=0.9	195	40	12	2	92	19	183	37	112	23
>0.9	164	42	13	3	79	20	170	44	91	23
Dimensão Económica										
<4 UDE	85	59	1	1	13	9	38	26	26	18
4 a <8 UDE	76	44	1	1	34	17	67	39	40	23
8 a < 16 UDE	120	39	9	3	55	18	129	42	69	22
16 a < 40 UDE	140	39	9	3	76	21	143	40	85	24
>= 40 UDE	40	33	7	6	24	20	53	44	24	20
Nível de Instrução										
Nenhuma/Sabe Ler	78	40	12	6	25	13	47	24	45	23
<=9º ano	327	45	11	2	125	17	277	38	164	23
<12ºano	33	33	1	1	28	28	54	54	17	17
=> 12º ano	23	27	3	4	24	29	52	62	18	21
Grupo Etário										
< 40 ANOS	117	43	7	3	55	20	120	44	62	23
40 a <50 ANOS	135	44	4	1	57	19	125	41	58	19
50 a <60 ANOS	79	36	2	1	44	20	99	45	49	22
=> 60 ANOS	130	42	14	5	46	15	86	28	75	24
Total	461	42	27	2	202	18	430	39	244	22

Como Subsídios e Rendimento para o agricultor as opções ficam ligeiramente mais concentradas nas duas classes de menor instrução ao passo que os dois escalões

com maior nível de instrução salientam não só ser um Contrato de compromissos como também para Melhorar o ambiente, neste último caso com valores bastante elevados.

As medidas agro-ambientais, consideradas como subsídios, são distribuídas com menor incidência na classe etária de 50 a 60 anos e como melhoradoras do ambiente ou como um contrato de compromisso, com valores mais elevados nas três classes de menor idade. Para a classe mais velha são pagamentos para não trabalhar na agricultura e para todas as classes, com excepção da classe de 40 a 50 anos, são rendimentos para o agricultor.

3.4.2- Adesão às Medidas Agro-Ambientais

Para aqueles que conhecem e/ou tinham uma opinião sobre as medidas agro-ambientais, procurou-se ainda averiguar qual a situação que melhor retratava o seu caso: se tinham (ou tinham tido) *uma candidatura aceite, assinada*, ou se apenas se encontravam como potenciais candidatos (*pretendiam efectuar alguma candidatura*).

Cerca de 34% do painel já se encontra inserido dentro dos objectivos das medidas (Quadro 4.4.2.1), com maior impacto nas regiões de Trás os Montes onde 61% dos agricultores contactados já têm uma relação privilegiada. A seguir encontram-se outras regiões do interior, a Beira Interior, com 48%, e o Alentejo, com 43%. Estas regiões são as que manifestam maiores problemas e onde talvez, estas medidas tiveram um alvo maior, desde a desertificação à extensificação, passando pelas raças autóctones e maciços florestais. A região da Beira Litoral apresenta já um valor menor de 32%, ficando as restantes regiões do continente, abaixo dos 20%, valores inferiores à tendência observada.

Nas regiões autónomas, os Açores, apresentam cerca de 37%, valor este relativamente próximo do de Interior Continental para a efectivação das candidaturas, contrastando com o valor muito baixo apresentado pela Madeira, 2%.

Quanto à apresentação de uma possível candidatura, a tendência aponta para 6% dos agricultores distribuídos do seguinte modo: as regiões autónomas são semelhantes e não querem candidatar-se a qualquer medida nos próximos tempos; a Beira Interior, com 23%, atinge o valor mais alto, seguido de Trás os Montes e do Algarve, com 11% e 8%, respectivamente na vontade de se candidatarem às medidas agro-ambientais.

Quadro 3.4.2.1- Medidas agro-ambientais – aderentes e candidatos

Região Agrária	Aderentes		Candidatos	
	Nº exp.	%	Nº exp.	%
E. Douro Minho	26	16	6	4
Trás-os-Montes	128	61	22	11
Beira Litoral	30	32	1	1
Beira Interior	43	48	20	23
Ribatejo e Oeste	19	12	7	5
Alentejo	84	43	4	2
Algarve	9	18	4	8
R. A. da Madeira	1	2	0	0
R. A. Açores	41	37	0	0
Total	381	34	64	6

Os restantes agricultores, cerca de 60%, não tencionam aderir às medidas agro-ambientais.

3.5 - Níveis de sensibilidade

Com toda a informação disponível através das respostas dadas pelos agricultores face ao inquérito a que foram sujeitos, entendeu-se criar níveis de sensibilidade face ao ambiente.

Para a criação de níveis de sensibilidade, elaborou-se uma matriz de pontuação para classificar cada opção de resposta das variáveis em estudo e determinou-se a média ponderada de todas as opções que foram assinaladas. Foram eliminadas as explorações que apresentaram posições omissas em relação às variáveis em causa (87), pelo que os dados utilizados são referentes a 1018 agricultores.

As variáveis utilizadas para a formação do nível de sensibilidade foram as seguintes:

A definição do ambiente - com as duas primeiras palavras;

Os valores atribuídos - as oito questões apresentadas;

As actividades de lazer - apenas as duas primeiras abordagens;

Os tratamentos feitos aos resíduos provenientes da exploração: com seis resíduos e seis maneiras de os tratar;

O comportamento face à utilização de recursos - com doze frases e três níveis de opção;

A caracterização das medidas agro-ambientais - com cinco opções;

Os níveis de sensibilidade apresentam os seguintes agregados:

Nível de sensibilidade	%
Elevado	7.2
Médio alto	36.4
Médio baixo	46.5
Baixo	9.9

O nível de sensibilidade é médio baixo e acrescentar o valor atingido pelo nível baixo, obtêm-se 56.4 % para uma posição de menor sensibilidade enquanto que os dois níveis restantes somam 43.6% do grupo em causa.

4- Conclusões e Recomendações

Este trabalho pretendeu-se avaliar qual a sensibilidade do produtor agrícola relativamente às questões que se prendem com o ambiente, e para tal, estabeleceram-se os seguintes objectivos:

1-Conhecer o seu comportamento face ao ambiente:

- a)Observação do seu conhecimento sobre o que é o ambiente
- b)Avaliação dos diversos tipos de valorização referentes ao binómio agricultura/ambiente

2-Validar o seu interesse nas funções ambientais:

- a)Delimitação de zonas de lazer
- b)Comprovação dos modos de tratamentos de resíduos
- c)Classificação dos modos de utilização de recursos

3-Auscultar a sua opinião sobre as Medidas Agro-Ambientais:

- a)Ordenação dos seus vários significados
- b)Adesão às medidas agro-ambientais

As conclusões são organizadas com base em todos os dados analisados de um painel de agricultores, com a devida ressalva de que o assumir de posições dos inquiridos apenas acarreta a sensação, a sensibilidade numa visão muito própria de como o agricultor pensa, sente e utiliza o ambiente, não tendo sido feita qualquer análise física ou química para se certificar da profundidade e autenticidade da informação recolhida. Por outro lado este trabalho tem todas as vantagens e inconvenientes que uma recolha de informação oferece nos moldes de um inquérito de opinião.

Para avaliar qual a sensibilidade do produtor agrícola relativamente às questões que se prendem com o ambiente, optou-se por uma sondagem de opinião. Desenvolveu-se assim um instrumento de notação para ser utilizado através de entrevista pessoal aos agricultores pertencentes ao Painel RICA, sendo deste modo uma amostra dirigida por conveniência, que se realizou durante os meses de Abril e Maio de 2000, em todo o território nacional.

A informação trabalhada teve origem numa sub-amostra - Painel Ambiente - que comportou 1105 empresários agrícolas, representado cerca de 0.0057% do campo de

observação, no âmbito do sistema de informação da RICA, cujo plano de amostragem assegura a representatividade dos campos de observação dos inquéritos à estrutura das explorações agrícolas no âmbito do Sistema Estatístico Nacional, nas diversas localizações, orientações técnico-económicas e dimensões económicas.

Quanto aos objectivos traçados, a primeira grande conclusão é que o nível de sensibilidade dos agricultores face ao ambiente é médio baixo, numa escala com quatro níveis definida pela autora para interpretação dos resultados.

Quanto a conhecer o seu comportamento face ao ambiente:

- através da observação de como o define, o agricultor refere que é essencialmente a Natureza, como também a Água, a Terra, o Ar e a Vida, denotando uma atitude mais biocêntrica; A frequência obtida pelas várias respostas dá uma clara visão de que o agricultor até tem algum conhecimento do que é o ambiente, o que por vezes é posto em causa devido a ser um assunto relativamente novo para a generalidade dos indivíduos, quer sejam agricultores ou não.

- pela avaliação que faz de determinados casos concretos²⁹, percebe-se que há uma posição bem marcada e sintonizada da maior parte dos agricultores para determinados valores que pelo seus teores denotam uma tendência menos agressiva para com o ambiente, quer por ele próprio, quer com ajuda de uma política agrícola, para opção positiva ou de concordância, nos casos de:

- a) Deixar heranças com qualidade, de uma forma espontânea ou com alguma compensação: nestas duas situações o valor de herança existe, há vontade de preservar para o futuro as condições actuais, mas se houver compensação exterior, ela é bem vinda, donde se mantém o aspecto de que qualquer rendimento extraordinário também poderá ajudar a preservar ainda mais o meio existente.

²⁹-Valor de herança espontânea - Penso sempre no futuro, faço tudo direito;

-Valor de herança compensada - Deixar boa terra aos filhos e ser recompensado por isso;

-Valor de recompensa com bom senso - Deve-se produzir menos e receber uma compensação até ao valor da produção normal;

-Valor de recompensa pela prestação de serviços - Produzir o que for aconselhado e receber um ordenado para cuidar das actividades alternativas;

-Valor de penalização radical - Quem prejudica/ estraga, deve ficar sem produzir nada devido ao desgaste/ saturação/ poluição;

-Valor de penalização liberal - Produzir a quantidade e como quiser, e pagar uma taxa por isso;

-Valor de indiferença pela concorrência - Se eu não estragar/saturar/poluir o ambiente, os outros fazem por mim;

-Valor de indiferença pela ignorância - Já está tudo estragado/ saturado/ poluído, o que faço não vai piorar mais;

- b) Receber compensações, em função de uma prestação de serviços ou com bom senso: se for necessário alterar as actividades com vista a não prejudicar o ambiente o agricultor não rejeita receber um ordenado como se de uma prestação de serviços se tratasse apesar de também aceitar produzir menos e receber uma ajuda atribuída com bom senso baseado na diferença das produções entre a preconizada e a que costuma obter normalmente.
- c) Haver uma penalização radical para quem prevarica: quem não cumpre com as regras de boas práticas agrícolas deve ficar sem produzir nada, demonstrando uma atitude de força para persuadir quem queira danificar;

quer na opção negativa ou de discordância por:

- a) Utilizar uma penalização liberal: não há concordância para o pagamento de uma taxa para se poder produzir a quantidade e como quiser, sem qualquer contemplação quanto aos problemas que gera;
- b) Demonstrar atitudes de indiferença por concorrência e por ignorância: para estas duas situações de indiferença, em que se o agricultor não danificar o ambiente, outros fazem por ele, assim como a pouca importância dada visto o ambiente já estar danificado e pior já não fica, não é aceite pela generalidade dos inquiridos.

Por outro lado, a avaliação do interesse do agricultor nas funções ambientais através da:

a) delimitação de zonas de lazer, mostra que as amenidades são de um modo geral pouco procuradas, pois os tempos de lazer dos agricultores são mais utilizados no campo de entretenimento e cultural - pelo acompanhamento de programas televisivos, no campo social - através do convívio, como também no descanso - dormir e só depois a escolha de passear pelo campo. Com valores menores encontram-se a ida à praia e o passear pelo estrangeiro; em posições muito baixas aparecem a caça, a pesca e as termas. Estes resultados alteram ligeiramente se ponderados pela hierarquização de

escolha resultando em conviver primeiro e depois ver televisão; de seguida passear no campo e dormir.

b) comprovação dos modos de tratamentos de resíduos³⁰ - que não são degradados e assimilados de uma forma natural pelo ambiente, requerendo por isso um comportamento diferenciado - indica que a lixeira é o local escolhido para depositar todos os resíduos listados, especialmente o vidro (mais de 50%); por outro lado são queimados pelos agricultores, os plásticos e as embalagens (mais de 50%) assim como as atilhos/ráfias (com 30% dos inquiridos), situação deveras preocupante. No entanto, cerca de 10% dos entrevistados referem para os resíduos em causa, a situação de deixar no campo à superfície ou então enterrados. Contudo é curioso referir que os agricultores fazem a reutilização de tijolos/ materiais de construção(mais de 30%), de arames(mais de 20%) e de atilhos/ráfias(mais de 15%) e a reciclagem é quase inexistente. Deste modo se percebe que o agricultor, para além de não ter, de um modo generalizado, um tratamento adequado, por vezes os elimina de uma maneira até mais prejudicial do que se nada fizesse;

c)classificação dos modos de comportamento do agricultor face à utilização dos recursos³¹ para mostrar a existência ou não de cuidados para com o ambiente. Desta forma verifica-se que de um modo global os recursos são correcta e convenientemente utilizados e tratados, no entender dos agricultores, com o valor mais elevado de 58%(cuidados a ter com as águas quer de rega quer da lavagem), estando a maior parte das situações de referência entre esse valor e 45%. Os dois casos de valores mais baixos - os prados espontâneos/lameiros ser tratado com regas tradicionais(35%) e o tratamento fitossanitário ser feito só quando aparece a doença(nível económico) com 32% são, por outro lado, os que atingem os valores mais altos no assumir que fazem mal, incorrectamente a sua utilização, respectivamente 38% e 29%, e os restantes casos apresentam níveis

³⁰ Os resíduos em causa são:plásticos flexíveis, vidros, embalagens, arame, ráfias/atilhos e tijolos/mat.construção e os tratamentos a dar a esses resíduos variam entre enterrar, queimar, colocar na lixeira, deixar no campo,reutilizar e reciclar.

³¹ Os tratamentos fitossanitários são feitos nas épocas certas conforme o sistema de avisos;

Os tratamentos fitossanitários são feitos só quando aparece as doenças- nível económico;

Os níveis de concentração de químicos e dos adubos são as recomendadas;

A compatibilidade entre actividade agrícola e a preservação do meio ambiente;

Os sistemas tradicionais de policultura estão associados à pecuária;

Os prados espontâneos/ lameiros estão bem tratados com regas tradicionais;

A manutenção dos prados permanentes plurianuais e pastagens naturais;

A exploração das fruteiras tradicionais como olival, amendoeira, figueira, vinha e outros pomares de sequeiro(conforme o que se tem na exploração);

A manutenção do montado de azinho com controlo e limpeza;

A Recuperação/manutenção de manchas florestais p/camas/ pastoreio gado e sem incêndios;

Nos cuidados a ter com as raças em perigo de extinção;

igual ou inferiores a 20%. Com valores compreendidos entre 24% e 40% situam-se aqueles que referem não terem um comportamento exemplar nem ruinoso para com o ambiente.

Por fim, a auscultação da opinião dos empresários agrícolas sobre as Medidas Agro-Ambientais:

a) pela ordenação dos vários significados que os inquiridos atribuem, mostra que as medidas são consideradas principalmente como subsídios para a agricultura (por mais de 40%), como acções para melhorar o ambiente com a prática de agricultura e também rendimentos para o agricultor. São tidas como acções que se encontram em contrato entre o agricultor e o estado (menos de 20%) e 2% do painel considera ser uma forma de se pagar para não trabalhar na agricultura. É de salientar que existe 12% dos inquiridos que afirmam que ainda não ouviram falar nessas medidas.

b) pela vontade de adesão às medidas, apenas 6% do painel pretende candidatar-se, no entanto cerca de 34% dos inquiridos já se encontra envolvido em contrato, contudo 60% do grupo não pretende aderir às medidas em causa.

Com esta análise recomenda-se um maior esforço na educação ambiental dos agricultores, quer através dos técnicos quer através das associações de produtores (após acções de formação adequada em matéria ambiental), na divulgação de informação e de acções de formação ambiental e com posterior avaliação dessas acções para se poder medir a variação de comportamento e a eficácia dessas acções.

As acções devem versar todas as situações relativas ao ambiente: no âmbito das amenidades, dos resíduos e dos recursos, pois o agricultor é aquela pessoa privilegiada que contacta de um modo constante e profissional com esses mesmos meios.

As atitudes e os comportamentos requerem algum tempo para serem alterados, precisando de algum trabalho para resultados satisfatórios. A mudança traz consigo

sempre alguma resistência mas desde que se mostre em concreto que é necessário proceder a modificações, ela acontece.

Bibliografia

ROSÁRIO, M. SOCORRO- **Sensibilidade dos Produtores Agrícolas face ao Ambiente** - Dissertação de Mestrado em Economia Agrária e Sociologia Rural - ISA, UTL- Documento Provisório - Lisboa, 2001.

ANEXOS

ANEXO 1- Inquérito 1

IDADE: < 40 ANOS	40-50	50-60	=>60 ANOS
INSTRUÇÃO: Nenhuma/sabe ler <=9ºano <12º =>12ºano			

NºEXPLORAÇÃO _____	Nº Técnico _____
TÉCNICO _____	DATA ____/____/____

1-Já ouviu falar em medidas agro-ambientais?(múltipla)

a) NÃO

SIM-O que são?

SEGUE
Perg. 2

São subsídios para a agricultura	2
É uma forma de pagamento para não trabalhar na agricultura	3
É um contrato de compromissos entre o agricultor e estado	4
É mais um documento	5
É para melhorar ambiente com agricultura	6
Tem a candidatura já aceite/ assinada	7
Pretende efectuar alguma candidatura	8

2-Sabe o que é o ambiente? (ESPONTÂNEO) DEIA 4 PALAVRAS CHAVES PARA DEFINIR O AMBIENTE

1	3
2	4

3-Acha que sim ou não às seguintes frases (que melhor se adapta ao seu modo de pensar)

	Sim	Não
Deixar boa terra aos filhos e ser recompensado	2	2
Penso sempre no futuro, faço tudo direito	3	3
Se eu não estragar/ poluir outros fazem	4	4
Já está tudo estragado/poluído, o que faço não vai piorar mais	5	5

	Sim	Não
Ficar sem produzir nada devido ao desgaste / poluição	6	6
Produzir menos e receber uma compensação	7	7
Produzir o que quiser e pagar uma taxa	8	8
Produzir o que for aconselhado e receber um ordenado p/cuidar das actividades alternativas	9	9

4-Quais as 5 actividades de lazer de maior importância para si? O que faz nos seus tempos livres?

(ASSINALAR POR ORDEM DECRESCENTE DE IMPORTÂNCIA E EM CÓDIGO)

1º	2º	3º	4º	5º
----	----	----	----	----

5-Considera que faz BEM, ASSIM ASSIM ou MAL as seguintes situações?

	BEM	ASSIM	MAL
Os tratamentos fitossanitários são feitos nas épocas certas conforme o sistema de avisos			
Os tratamentos fitossanitários são feitos só quando aparece as doenças-nível económico			
Os níveis de concentração de químicos e adubações são as recomendadas			
Há compatibilidade entre actividade agrícola com a preservação do meio ambiente			
Os sistemas tradicionais de policultura estão associados à pecuária			
Os prados espontâneos/lameiros estão bem tratados com regas tradicionais			
A manutenção dos prados permanentes plurianuais e pastagens naturais			
As fruteiras tradicionais como olival, amendoeira, figueira, vinha, e outros pomares de sequeiro			
A manutenção do montado de azinho com controlo e limpeza			
Recuperação/manutenção de manchas florestais p/camas/ pastoreio gado e sem incêndios			
Cuidados com o gado em perigo de extinção			
Cuidados com as águas de lavagem e/ou de rega			

6-O que costuma fazer aos desperdícios da agricultura? Qual o destino deles? ASSINALE AS SITUAÇÕES QUE OCORREM NA EXPLORAÇÃO

	ENTERRA	QUEIMA	LIXEIRA	CAMPO	REUTILIZA	RECICLADO	OUTRA
PLÁSTICOS FLEXÍVEIS							
VIDROS							
EMBALAGENS							
ARAME							
RÁFIAS							
TIJOLOS/CONSTRUÇÃO							

ANEXO 2 - Inquérito 2

IDADE: <= 40 ANOS	41-<50	51-<60	=>60 ANOS
1	2	3	4
INSTRUÇÃO: Nenhuma/sabe ler <=9ºano <12º =>12ºano			
1	2	3	4

NºEXPLORAÇÃO _____	Nº Técnico _____
TÉCNICO _____	DATA ____/____/____

1-Já ouviu falar em medidas agro-ambientais?(múltipla)

a) NÃO	SIM-O que são?	São subsídios para a agricultura	2
SEGUE Perg. 2		É uma forma de pagamento para não trabalhar na agricultura	3
		É um contrato de compromissos entre o agricultor e estado	4
		É para melhorar ambiente com agricultura	5
		É um rendimento para o agricultor	6
		Tem a candidatura já aceite/ assinada/ teve	7
		Pretende efectuar alguma candidatura	8

2 -Acha que sim ou não às seguintes frases (o que melhor se adapta ao seu modo de pensar)

	Sim	Não		Sim	Não
Deixar boa terra aos filhos e ser recompensado por isso	1	1	Quem prejudica/estraga, deve ficar sem produzir nada devido ao desgaste / saturação/ poluição	5	5
Penso sempre no futuro, faço tudo direito	2	2	Deve-se produzir menos e receber uma compensação até ao valor da produção normal	6	6
Se eu não estragar/ saturar/ poluir o ambiente, outros fazem por mim	3	3	Produzir a quantidade e como quiser, e pagar uma taxa por isso	7	7
Já está tudo estragado/ saturado/ poluído, o que faço não vai piorar mais	4	4	Produzir o que for aconselhado e receber um ordenado p/cuidar das actividades alternativas	8	8

3-Considera que faz BEM, ASSIM ASSIM ou MAL as seguintes situações?

	BEM SIM	ASSIM +/-	MAL NÃO	N/s;N/r N/s;N/r
Os tratamentos fitossanitários são feitos nas épocas certas conforme o sistema de avisos				
Os tratamentos fitossanitários são feitos só quando aparece as doenças-nível económico				
Os níveis de concentração de químicos e dos adubos são as recomendadas				
A compatibilidade entre actividade agrícola e a preservação do meio ambiente				
Os sistemas tradicionais de policultura estão associados à pecuária				
Os prados espontâneos/lameiros estão bem tratados com regas tradicionais				
A manutenção dos prados permanentes plurianuais e pastagens naturais				
A exploração das fruteiras tradicionais como olival, amendoeira, figueira, vinha e outros pomares de sequeiro (conforme o que tem na exploração)				
A manutenção do montado de azinho com controlo e limpeza				
A Recuperação/manutenção de manchas florestais p/camas/ pastoreio gado e sem incêndios				
Nos cuidados a ter com as raças em perigo de extinção				
Nos cuidados a ter com as águas de lavagem e/ou de rega				

4-O que costuma fazer aos desperdícios da agricultura? Qual o destino deles? ASSINALE AS SITUAÇÕES QUE OCORREM NA EXPLORAÇÃO

	ENTERRA	QUEIMA	LIXEIRA	CAMPO	REUTILIZA	RECICLA	OUTRA:	N/FAZ
PLÁSTICOS FLEXÍVEIS								
VIDROS								
EMBALAGENS								
ARAME								
RÁFIAS/ATILHOS								
TIJOLOS/CONSTRUÇÃO								
OUTRO:								

5-Quais as 5 actividades de lazer de maior importância para si? O que faz nos seus tempos livres? (ASSINALAR POR ORDEM DECRESCENTE DE IMPORTÂNCIA O NÚMERO RESPECTIVO)

1º	2ª	3ª	4ª	5ª
Passear campo 1	Conviver 2	Ir à praia 3	Leitura 4	Ver televisão 5
Passear estrang 6	Dormir 7	Jogo comput. 8	Espectáculos 9	Desporto 10
				Out:

6-Sabe o que é o ambiente? (ESPONTÂNEO) DÊ, no máximo, 4 PALAVRAS CHAVES PARA DEFINIR O AMBIENTE (ASSINALAR O NÚMERO RESPECTIVO)

1º	2ª	3ª	4ª
Recursos 1	Equilíbrio 4	Natureza 7	Poluição 0
Assimilação 2	Terra 5	Pureza 8	Preservação 13
Zona Lazer 3	Vida 6	O que rodeia 9	Água 16
			Sol 17
			Ar 18
			Out.

7- Dados Tem computador? N S→ Tem Internet? N S→ Quem utiliza? O próprio-1 A família-2 Lê jornais? N S Vê Televisão N S→Notícias 1 Outros 2

Anexo 3- Primeira Palavra para o Ambiente

	Natureza		Terra		Envolvência		Equilíbrio		Vida	
	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%

Grupo Etário

< 40 ANOS	83	31	35	13	20	7	30	11	17	6
40 a <50 ANOS	76	25	36	12	26	9	26	9	26	9
50 a <60 ANOS	48	22	24	11	23	11	19	9	23	11
=> 60 ANOS	79	26	46	15	30	10	21	7	28	9

Dimensão Económica

<=4 UDE	30	21	19	13	12	8	10	7	18	12
4 a <=8 UDE	48	28	17	10	15	9	15	9	20	12
8 a <= 16 UDE	79	25	45	15	25	8	23	7	24	15
16 a <= 40 UDE	95	27	48	13	31	9	34	10	27	13
> 40 UDE	34	28	12	10	16	13	14	12	5	4
Total	286	26	141	13	99	9	96	9	94	9

Anexo 4- Valor de herança por Nível de Rendibilidade

	Valor de herança espontânea		Valor de herança compensada	
	Nº exp.	%	Nº exp.	%
<= 0.5	164	74	185	84
0.5 a <=0.9	363	74	392	79
>0.9	296	76	291	75
Total	823	75	868	79

Anexo 5- Valor de recompensa por Nível de Instrução

	Valor com bom senso		Valor de prestação de serviços	
	Nº exp.	%	Nº exp.	%
Nenhuma/Sabe Ler	107	55	132	68
<= 9º ano	411	57	456	63
<12º ano	65	64	64	63
=> 12º ano	50	60	53	63
Total	633	57	705	64

Anexo 6- Valor de penalização

	Valor de penalização radical		Valor de penalização liberal	
	Nº exp.	%	Nº exp.	%

Nível de Instrução

Nenhuma/Sabe Ler	102	52	28	14
<= 9º ano	434	60	99	14
<12 ºano	61	60	10	10
=> 12º ano	53	63	11	13

Grupo Etário

<40 ANOS	149	55	39	14
40 a <50 ANOS	170	56	39	13
50 a <60 ANOS	140	64	27	12
=> 60 ANOS	191	62	43	14

Nível de Rendibilidade

<= 0.5	134	61	16	7
0.5 a <=0.9	295	60	78	16
>0.9	221	57	54	14
Total	650	59	148	13

Anexo 7- Valor de penalização

	Valor de indiferença pela concorrência		Valor de indiferença com ignorância	
	Nº exp.	%	Nº exp.	%

Nível de Instrução

Nenhuma/Sabe Ler	79	41	44	23
<= 9º ano	262	36	126	17
<12 ºano	31	31	17	17
=> 12º ano	19	23	6	7

Dimensão Económica

<=4 UDE	60	41	50	35
4 a <=8 UDE	62	36	28	16
8 a <= 16 UDE	116	37	50	16
16 a <= 40 UDE	123	35	50	14
> 40 UDE	30	25	15	12

Nível de Rendibilidade

<= 0.5	80	36	45	20
0.5 a <=0.9	175	35	76	15
>0.9	136	35	72	19
Total	391	35	193	18

Anexo -8 Primeira Actividade de lazer

	Conviver		Ver Televisão		Passear no Campo		Dormir		Leitura	
	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%

Nível de Instrução

Nenhuma/Sabe Ler	70	36	33	17	41	21	22	11	2	1
<= 9º ano	254	35	109	15	100	14	63	9	27	4
<12ºano	36	36	18	18	12	12	7	7	5	5
=> 12º ano	31	37	7	8	12	14	6	6	10	12

Grupo Etário

<= 40 ANOS	84	31	39	14	35	13	29	11	6	2
40 a <=50 ANOS	114	37	48	16	42	14	22	7	13	4
50 a <=60 ANOS	93	43	33	15	26	12	19	9	10	5
> 60 ANOS	100	32	47	15	62	20	28	9	15	5

Nível de Rendibilidade

<= 0.5	85	39	36	16	38	17	13	6	6	3
0.5 a <=0.9	156	32	80	16	74	14	51	10	23	5
>0.9	148	38	51	13	56	14	34	9	15	4
Total	391	35	167	15	165	15	98	9	44	4

Anexo 9- Plásticos Flexíveis

	Enterra		Queima		Lixeira		Campo		Reutiliza		Recicla	
	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%						

Grupo Etário

<= 40 ANOS	9	3	161	60	65	24	24	9	4	2	2	1
40 a <=50 ANOS	12	4	171	57	78	26	17	6	7	2	6	2
50 a <=60 ANOS	9	4	139	64	54	25	7	3	4	2	4	2
> 60 ANOS	17	6	192	63	68	22	15	5	6	2	0	0

Nível de Rendibilidade

<= 0.5	8	4	150	68	48	22	6	3	1	1	0	0
0.5 a <=0.9	22	5	300	61	99	20	32	7	11	2	7	2
>0.9	17	4	213	55	118	30	25	6	9	2	5	1
Total	47	4	663	60	265	24	63	6	21	2	12	1

Anexo 10 - Vidros por Grupo Etário

Classes Grupo Etário	Enterra		Queima		Lixeira		Campo		Reutiliza		Recicla	
	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%
< 40 ANOS	10	4	2	1	150	60	9	4	10	4	26	10
40 a <50 ANOS	22	8	1	0	167	59	7	3	13	5	32	11
50 a <60 ANOS	13	6	0	0	117	55	3	1	9	4	28	13
=> 60 ANOS	33	11	2	1	156	52	9	3	8	3	33	11
Total	78	7	5	0	590	53	28	3	40	4	119	11

Anexo 11- Embalagens

	Enterra		Queima		Lixeira		Campo		Reutiliza		Recicla	
	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%						

Grupo Etário

<= 40 ANOS	18	7	128	48	88	33	29	11	6	2	6	2
40 a <=50 ANOS	15	5	155	52	99	33	16	5	12	4	5	2
50 a <=60 ANOS	15	7	128	59	68	31	8	4	8	4	4	2
> 60 ANOS	28	9	178	59	68	22	20	7	7	2	4	1

Nível de Instrução

Nenhuma/Sabe Ler	20	11	95	51	61	32	14	7	4	2	2	1
<= 9º ano	47	7	397	56	205	29	55	8	18	3	8	1
<12º ano	4	4	51	51	35	35	2	2	4	4	5	5
=> 12º ano	5	6	46	55	22	27	2	2	7	8	4	5
Total	76	7	589	53	323	29	73	7	33	3	19	2

Anexo 12- Arame por Grupo Etário

	Enterra		Queima		Lixeira		Campo		Reutiliza		Recicla	
	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%
<= 40 ANOS	14	6	8	3	95	39	21	9	60	24	10	4
40 a <=50 ANOS	16	6	2	1	99	35	22	8	69	24	17	6
50 a <=60 ANOS	6	3	0	0	55	26	21	10	62	30	12	6
> 60 ANOS	13	4	3	1	78	27	29	10	87	30	10	3
Total	49	4	13	1	327	30	93	8	278	25	49	4

Anexo 13- Atilhos/Ráfias

	Enterra		Queima		Lixeira		Campo		Reutiliza		Recicla	
	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%						

Grupo Etário

<= 40 ANOS	9	4	100	40	59	24	14	6	42	17	0	0
40 a <=50 ANOS	12	4	106	36	59	20	19	7	54	19	2	1
50 a <=60 ANOS	12	6	85	41	38	18	12	6	38	18	4	2
> 60 ANOS	7	2	118	40	48	16	25	9	51	17	0	0

Nível de Instrução

Nenhuma/Sabe Ler	7	4	69	38	51	28	15	8	26	14	2	1
<= 9º ano	24	4	272	40	126	19	45	7	119	17	2	0
<12º ano	5	5	42	42	14	14	6	6	20	20	0	0
=> 12º ano	4	5	26	33	13	17	4	5	20	25	2	3
Total	40	4	409	37	204	19	70	6	185	17	6	0

Anexo 14- Tijolos/Material de Construção

	Enterra		Queima		Lixeira		Campo		Reutiliza		Recicla	
	Nº exp.	%	Nº exp.	%	Nº exp.	%						

Grupo Etário

<= 40 ANOS	20	8	4	2	64	26	11	5	73	30	3	1
40 a <=50 ANOS	18	7	0	0	55	20	15	5	102	37	5	2
50 a <=60 ANOS	4	2	1	1	40	20	20	10	73	36	3	2
> 60 ANOS	12	4	0	0	35	13	32	12	108	38	1	0

Nível de Instrução

Nenhuma/Sabe Ler	9	5	0	0	30	17	19	11	50	29	1	1
<= 9º ano	39	6	5	1	136	21	50	8	240	36	8	1
<12º ano	4	4	0	0	18	19	3	3	31	33	2	2
=> 12º ano	2	3	0	0	10	14	6	8	35	47	1	1
Total	54	5	5	0	194	18	78	7	356	32	12	1

Anexo 15- Níveis de comportamento na utilização agrícola por Nível de Instrução

	Tratam./Sistema Avisos %			Trat.Doenças/Nível Ec. %			Concentração Química %			A.Agrícola/M.Ambiente %		
	Bem	Mal	Assim	Bem	Mal	Assim	Bem	Mal	Assim	Bem	Mal	Assim
Ler e escrever	32	9	40	24	31	30	34	8	49	36	14	32
<= 9º ano	40	10	28	27	32	26	46	7	36	49	8	28
<12º ano	61	7	20	37	32	21	68	5	25	61	6	26
=> 12º ano	46	12	17	27	35	20	57	8	21	62	4	21
Total Exp %	41	10	28	27	32	25	47	7	36	49	9	28
Total Explorações	454	109	313	302	351	281	517	77	401	540	95	310
Não faz/não responde	21%			16%			10%			14%		

Anexo 16- Níveis de comportamento na utilização agro-pecuária por Classe Etária

	S.Trad. Policultura %			Prados Esp. Lameiros %			Prados Perm. Past. Nat. %			Raças em Extinção %		
	Bem	Mal	Assim	Bem	Mal	Assim	Bem	Mal	Assim	Bem	Mal	Assim

Grupo Etário

< 40 ANOS	29	10	17	10	9	11	25	9	14	23	6	6
40 a <50 ANOS	31	8	15	13	8	10	25	7	15	15	5	7
50 a <60 ANOS	32	6	17	8	10	10	24	9	16	10	5	6
=> 60 ANOS	29	8	14	13	11	11	18	8	11	10	4	6

Nível de Instrução

Ler e escrever	26	7	22	14	8	13	27	7	19	10	5	14
<= 9º ano	32	8	15	11	9	9	23	7	13	16	4	4
<12º ano	25	10	12	12	10	12	18	9	14	8	9	4
=> 12º ano	35	10	13	11	17	13	24	12	16	20	6	10
Total Exp %	30	8	16	11	9	11	23	8	14	15	5	6
Total Explorações	334	90	174	125	103	117	254	86	154	160	52	66
Não faz/não responde	46%			69% a)			55%			74%		

a) Cerca de 11% é proveniente dos Açores que não responderam a esta questão

Anexo 17- Níveis de comportamento na utilização em geral

	Cult. Permanentes %			Montado de Azinho %			Manchas Florestais %			C. Água Lavagem/Rega %		
	Bem	Mal	Assim	Bem	Mal	Assim	Bem	Mal	Assim	Bem	Mal	Assim

Grupo Etário

<= 40 ANOS	21	5	14	7	5	7	14	8	11	36	3	21
40 a <=50 ANOS	25	4	13	12	4	3	15	4	13	34	6	21
50 a <=60 ANOS	28	4	18	6	3	11	11	6	10	33	5	17
> 60 ANOS	35	3	20	9	3	8	14	5	10	35	4	20

Dimensão Económica

<4 UDE	43	1	22	3	0	6	12	3	12	40	3	15
4 a <8 UDE	28	5	18	5	1	4	17	2	11	34	5	17
8 a < 16 UDE	28	3	16	9	2	7	13	4	14	32	4	24
16 a < 40 UDE	22	5	15	10	5	8	13	7	8	34	6	19
>= 40 UDE	22	10	17	17	12	15	15	12	13	38	3	22
Total Exp %	27	4	16	9	4	7	14	6	11	35	5	20
Total Explorações	302	44	178	94	41	80	152	61	122	382	50	221
Não faz/não responde	53%			80%			69%			40%		